

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

CAROLINE MAGNA DE OLIVEIRA COSTA

**DIREITOS HUMANOS E A SAÚDE LGBTQIAPN+: UMA ANÁLISE
DOCUMENTAL DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DA GRADUAÇÃO
EM SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO NORDESTE**

MACEIÓ - AL

2022

CAROLINE MAGNA DE OLIVEIRA COSTA

**DIREITOS HUMANOS E A SAÚDE LGBTQIAPN+: UMA ANÁLISE
DOCUMENTAL DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DA GRADUAÇÃO
EM SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO NORDESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Escola de Enfermagem da
Universidade Federal de Alagoas, Campus
A.C. Simões, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Enfermagem.

Orientadora: Prof.^a Dd.^a Danielly Santos dos
Anjos Cardoso

MACEIÓ - AL

2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

- C837d Costa, Caroline Magna de Oliveira.
Direitos humanos e a saúde LGBTQIAPN+ : uma análise documental dos
Projetos Políticos Pedagógicos da graduação em saúde de uma universidade
pública do Nordeste / Caroline Magna de Oliveira Costa. – 2022.
71 f. : il.
- Orientadora: Danielly Santos dos Anjos Cardoso.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Enfermagem) –
Universidade Federal de Alagoas. Escola de Enfermagem. Maceió, 2022.
- Bibliografia: f. 61-71.
1. Direitos humanos. 2. Saúde da população - LGBTQIAPN+. 3.
Capacitação de recursos humanos em saúde. 4. Projetos políticos pedagógicos. I.
Título.

CDU: 613.885

Folha de Aprovação

CAROLINE MAGNA DE OLIVEIRA COSTA

DIREITOS HUMANOS E A SAÚDE LGBTQIAPN+: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DA GRADUAÇÃO EM SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO NORDESTE

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
corpo docente do Curso de Enfermagem da
Universidade Federal de Alagoas, e aprovado
em 15 de dezembro de 2022.



Documento assinado digitalmente

DANIELLY SANTOS DOS ANJOS CARDOSO

Data: 23/12/2022 16:00:13-0300

Verifique em <https://verificador.itl.br>

Orientadora: Prof.^a Dd.^a Danielly Santos dos Anjos Cardoso
(Universidade Federal de Alagoas)

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente

JANAINA FERRO PEREIRA

Data: 21/12/2022 18:54:55-0300

Verifique em <https://verificador.itl.br>

Examinadora Interna: Prof.^a Dra.^a Janaina Ferro Pereira
(Universidade Federal de Alagoas)



Documento assinado digitalmente

NAYARA ALEXANDRA RODRIGUES DA SILVA

Data: 20/12/2022 17:56:46-0300

Verifique em <https://verificador.itl.br>

Examinadora Interna: Prof.^a Ma.^a Nayara Alexandra Rodrigues da Silva
(Universidade Federal de Alagoas)



Documento assinado digitalmente

ANDRESSA RODRIGUES SABINO RICARDO M

Data: 21/12/2022 01:52:13-0300

Verifique em <https://verificador.itl.br>

Examinadora Interna: Téc.^a Ma.^a Andressa Rodrigues Sabino Ricardo Moraes
(Universidade Federal de Alagoas)

Dedico

Aos meus amigos, a minha família e em especial ao
meu irmão Júnior.

AGRADECIMENTOS

A escrita deste trabalho foi desafiadora, exigiu de mim dedicação, leituras exaustivas e inúmeros momentos de reflexão. Apesar de ter sido necessário um tempo solitário para a sua grafia, sei que nunca estive sozinha, pois houve uma rede de apoio que foi fundamental para que eu pudesse concluir essa etapa. E, por isso, expresso minhas sinceras gratulações.

A Deus pela existência e sabedoria dada na escolha assertiva de cursar a graduação em enfermagem.

Ao meu irmão, grande amor da minha vida, que me ensina a ser corajosa e por quem eu luto na construção de um mundo melhor.

A minha mãe, minha bússola na vida, maior incentivadora, inspiração para estudar e buscar realizar todos os meus sonhos.

Ao meu pai por todo apoio ao longo dos anos de graduação, pelo legado das lutas sociais e por despertar em mim o desejo de fazer a diferença.

À turma LXXI, também conhecida como a melhor turma de enfermagem da UFAL, por tornarem a caminhada da graduação mais leve e divertida.

Ao quarteto fantástico (eu, Thaynara, Jayane e Diane), meu refúgio durante toda a trajetória acadêmica, obrigada por estarem presentes nos momentos marcantes da minha história.

A todos os meus incríveis professores e professoras, em nome da minha orientadora Prof.^a Danielly dos Anjos, por me acompanhar com tanto acolhimento e incentivo desde o primeiro período da faculdade, no PET-Saúde, na monitoria acadêmica e agora na orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, obrigada por todas as oportunidades e ensinamentos, você me inspira a enxergar a potência que existe dentro de mim.

À banca examinadora, composta pela Prof.^a Nayara Alexandra, Prof.^a Janaina Pereira e Téc.^a Andressa Sabino por terem aceitado o convite e pelas contribuições excepcionais.

Aos meus amigos, Thomas, Lucas, Toninho, Fagner, Pedro, Bruno, Samuel, Jadson, Birah, João, Luciano, Julio, Rayssa, Thayse, Anne, Katarynne e Deyse, esse trabalho é uma contribuição para que haja uma assistência em saúde melhor para vocês e para tantos outros.

E a todos que torceram por essa conquista. Muito obrigada.

A educação   a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.
(Nelson Mandela).

RESUMO

A população LGBTQIAPN+ vivencia em seu cotidiano situações de violação de direitos humanos e de despreparo dos profissionais de saúde em assistirem suas demandas de maneira resolutiva e humanizada. Com base nisso, esse trabalho buscou analisar como a temática dos direitos humanos e da saúde LGBTQIAPN+ se apresentou nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de graduação que atuam na área da saúde, vinculados à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus A.C. Simões. Nesse sentido, foi realizado um estudo descritivo com delineamento documental no período de junho a outubro de 2022. Para a obtenção dos PPP foi realizada uma busca no site oficial da UFAL, assim como, foi entrado em contato com as coordenações dos cursos incluídos na pesquisa (Nutrição, Odontologia, Psicologia, Enfermagem, Medicina, Educação Física, Farmácia e Serviço Social) para averiguar a atualização dos PPP e solicitar demais documentos curriculares que se relacionassem com o objetivo do estudo. Foram analisados oito PPP e três ementas de disciplinas enviadas pelas unidades acadêmicas. Para análise dos dados utilizou-se o método de análise temática proposto por Minayo, a partir do qual foram definidas três categorias temáticas visualizadas a partir do referencial teórico dos conceitos de poder, biopoder, biopolítica e discurso da verdade, da obra “A história da Sexualidade I: A vontade de saber” do filósofo Michel Foucault. Os resultados revelaram uma aproximação superficial do estudo dos direitos humanos com as questões de gênero e de diversidade sexual, exclusivamente nos PPC 6 e PPP 8, demonstrando a importância da existência de marcos legais na educação para inclusão da relação dessas temáticas como forma de resistência à biopolítica e ao biopoder moderno. Quanto a perspectiva de discurso da verdade em relação a abordagem de gênero e diversidade sexual, foi observado que os PPC 6 e PPP 8 demonstraram aproximações pontuais com o estudo em uma perspectiva de superação da binariedade e cis heteronormatividade na saúde. Houve menção explícita de termos relacionados à população LGBTQIAPN+ apenas nas ementas de disciplinas vinculadas aos cursos referentes aos PPP 1 e PPC 6, enviadas por e-mail pelas unidades acadêmicas. Com base nesses achados, conclui-se que a apresentação do objeto de estudo ainda é superficial e invisibilizada, favorecendo uma biopolítica seletiva, ou seja, que promove políticas de incentivo à vida a um determinado padrão de corpos. O que reverbera na formação de profissionais de saúde prestando uma assistência pouco resolutiva na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como universal, integral e equitativo para a população LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: Direitos humanos; saúde da população LGBTQIAPN+; formação em saúde; projetos políticos pedagógicos.

ABSTRACT

The LGBTQIAPN+ population experiences situations of violation of human rights in their daily lives and the unpreparedness of health professionals to assist their demands in a resolute and humane way. Based on this, this work sought to analyze how the theme of human rights and LGBTQIAPN+ health was presented in the Pedagogical Political Projects (PPP) of undergraduate courses that work in the health area, linked to the Federal University of Alagoas (UFAL), campus A.C. Simões. In this sense, a descriptive study with a documentary design was carried out from June to October 2022. In order to obtain the PPP, a search was carried out on the official UFAL website, as well as the coordination of the courses included in the research (Nutrition, Dentistry, Psychology, Nursing, Medicine, Physical Education, Pharmacy and Social Work) was contacted to verify the update of the PPP and request other curricular documents that were related to the objective of the study. Eight PPPs and three course syllabuses sent by the academic units were analyzed. For data analysis, the thematic analysis method proposed by Minayo was used, from which three thematic categories were defined, visualized from the theoretical framework of the concepts of power, biopower, biopolitics and discourse of truth, from the work "The history of Sexuality I: The will to know" by the philosopher Michel Foucault. The results revealed a superficial approximation of the study of human rights with gender and sexual diversity issues, exclusively in PPC 6 and PPP 8, demonstrating the importance of the existence of legal frameworks in education to include the relationship of these themes as a form of resistance to biopolitics and modern biopower. As for the discourse of truth perspective in relation to the approach of gender and sexual diversity, it was observed that the PPC 6 and PPP 8 demonstrated specific approaches with the study in a perspective of overcoming binary and cis heteronormativity in health. There was explicit mention of terms related to the LGBTQIAPN+ population only in the menus of disciplines linked to the courses referring to PPP 1 and PPC 6, sent by email by the academic units. Based on these findings, it is concluded that the presentation of the object of study is still superficial and invisible, favoring a selective biopolitics, that is, that promotes policies to encourage life to a certain standard of bodies. This reverberates in the training of health professionals, providing assistance that is not very resolute in consolidating the Unified Health System (SUS) as universal, comprehensive and equitable for the LGBTQIAPN+ population.

Key words:

Human rights; health of the LGBTQIAPN+ population; health training; pedagogical political projects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Aparecimento das temáticas de educação em direitos humanos, diversidade, gênero, orientação sexual e população LGBTQIAPN+, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação da área da saúde incluídos nesta pesquisa. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.....	17
Figura 2 -	Linha do Tempo: marcos históricos relevantes na saúde LGBTQIAPN+ em âmbito mundial, nacional e estadual. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.....	25-27
Figura 3 -	Cursos de graduação que atuam na área da saúde vinculados ao Campus A.C. Simões da UFAL e seus respectivos anos de criação. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.....	32
Figura 4 -	Fluxograma dos documentos e sites analisados na pesquisa, bem como, suas respectivas fontes. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.....	35
Figura 5 -	Mapa mental apresentando núcleos do sentido e enumeração das temáticas para análise. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.....	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Modelo do instrumento de coleta de dados. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.....	36
Quadro 2 -	Abordagem da temática “Direitos Humanos (DH)” e “Educação em Direitos Humanos (EDH)” nos PPP dos cursos de graduação que atuam na área da saúde, vinculados a UFAL campus A.C. Simões. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.....	40
Quadro 3 -	Panorama geral da presença e ausência de termos que podem estar relacionados a população LGBTQIAPN+ nos PPP e ementas enviadas pelas unidades acadêmicas dos cursos de graduação que atuam na área da saúde, vinculados a UFAL campus A.C. Simões. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASTRAL	Associação das Travestis e Liberados
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
DH	Direitos Humanos
EDH	Educação em Direitos Humanos
GGAL	Grupo Gay de Alagoas
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HUPAA	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
LDB	Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PET-SAÚDE	Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde
PPC	Projeto Pedagógico dos Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNSLGBT	Política Nacional de Saúde Integral de LGBT
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1 Direitos Humanos: um olhar sob os marcos legais da educação e da inclusão de temáticas relacionadas à população LGBTQIAPN+ na formação em saúde	15
2.2 Direitos Humanos e políticas públicas de saúde voltadas para a população LGBTQIAPN+: uma revisão histórica	18
2.2.1 Conquistas no cenário mundial.....	18
2.2.2 Conquistas no cenário nacional	20
2.2.3 Conquistas no cenário estadual.....	22
3 METODOLOGIA	28
3.1 Tipo de Estudo.....	28
3.2 Delineamento do Estudo.....	28
3.3 Referencial Teórico	29
3.4 Recorte da Pesquisa.....	31
3.5 Produção das informações.....	33
3.6 Análise dos dados	36
3.7 Aspectos éticos	38
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	38
4.1 Estudo dos direitos humanos e da saúde da população LGBTQIAPN+ nos PPP: aproximações e distanciamentos a partir das concepções de Foucault.	38
4.2 Abordagem sobre gênero e sexualidade na graduação em saúde: quais os discursos da verdade?	45
4.3 Invisibilidade e superficialidade da temática de Saúde LGBTQIAPN+ na graduação em saúde à luz das implicações da biopolítica e do biopoder.	53
5 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objeto de estudo a apresentação da temática de Direitos Humanos e de saúde LGBTQIAPN+ nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de graduação que atuam na área da saúde. Sendo válido mencionar que entre as diversas siglas disponíveis para se referir à orientação sexual e à identidade de gênero, foi escolhida a sigla “LGBTQIAPN+”¹, que se refere às populações de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binários, acrescida com um sinal de “+” enfatizando as múltiplas possibilidades de existências que não estão contempladas no “termo guarda-chuva” descrito (LANUTI et al., 2022).

Além disso, é importante destacar, que se optou por utilizar a nomenclatura “PPP” no corpo do texto, por entender, assim como ressaltam Bento e Longhi (2006), que a sua definição enfatiza a construção coletiva de um documento de caráter político, social, filosófico e pedagógico. No entanto, preservamos a nomenclatura “Projeto Pedagógico de Curso” (PPC) para os documentos analisados que a utilizaram, como forma de garantir a legitimidade das informações encontradas.

Nessa perspectiva, o interesse por pesquisar esse objeto de estudo, emergiu da convivência da pesquisadora com um grupo de amigos íntimos integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, com os quais foi possível vivenciar diversas angústias, dentre as quais se faziam presentes as relacionadas à saúde, sendo frequentes as queixas da dificuldade em acessar a Unidade Básica de Saúde no município de residência, devido ao despreparo profissional durante a assistência, preconceito e falta de confidencialidade nos atendimentos.

¹ Segundo o Manual de Comunicação LGBTI+ (2018), “cisgênero/cis” é um termo utilizado para o indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer. Enquanto o termo “transgênero/trans” refere-se ao indivíduo que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

Quanto a sigla LGBTQIAPN+, tem-se que: “Lésbicas” são mulheres cis ou trans que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero; “Gays” são homens cis ou trans que sentem atração afetiva/sexual por pessoas do mesmo gênero; “Bissexuais” são pessoas que sentem atração sexual/romântica por mais de um gênero; “Transsexuais” são pessoas que possuem uma identificação de gênero diferente daquela designada ao nascimento; “Travestis” corresponde a um termo ressignificado politicamente para se referir a pessoas do gênero feminino e que não se reconhecem no gênero de nascimento.

Ademais, “Queer” diz a respeito de pessoas que não se identificam com padrões e rótulos impostos pela sociedade, seja em relação ao gênero ou a atração afetiva/sexual; “Intersexuais” são pessoas que nascem com a anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos; “Assexuais” são pessoas com ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração sexual, seja pelo gênero oposto ou igual; “Pansexuais” são pessoas que sentem atração afetiva/sexual independente do gênero; “Não-Binários” são pessoas que não se identificam no padrão binário de gênero (homem/mulher), podendo englobar pessoas agênero, gênero fluido e entre outros.

A partir disso, foi desencadeada uma reflexão a respeito da formação acadêmica enquanto futura profissional da área da saúde. Desse modo, a pesquisadora percebeu que o currículo do seu curso de graduação abrangia de forma escassa ou pontual as temáticas ligadas aos direitos humanos e a saúde dessa população. Logo, isso a motivou a querer pesquisar sobre como também tem sido a abordagem desse tema nos outros cursos da área da saúde, visto que essa comunidade é atendida pela equipe multiprofissional e todos os trabalhadores precisam estar aptos a prestarem uma assistência ética, equitativa e humanizada a esse público.

Nesse sentido, é necessário ressaltar que as temáticas relacionadas à população LGBTQIAPN+ ainda são invisibilizadas no Brasil, principalmente nas pautas sobre a saúde e a educação. O que se constitui uma problemática relevante, um vez que há um perfil epidemiológico de vulnerabilidade social associado a esse grupo de pessoas (SPIZZIRRI et al., 2021).

Segundo os dados de uma pesquisa experimental do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2019, estima-se que existiam cerca de 2,9 milhões de indivíduos maiores de 18 anos, que se autodeclararam como homossexuais ou bissexuais, sendo este número o equivalente 1,8% da população adulta do país. Além disso, 0,1% declararam-se como assexual e pansexual (IBGE, 2019).

Somado a isso, uma pesquisa realizada por Spizzirri et al (2021), constatou que no ano de 2018 a estimativa era de 2% da população autodeclarada como trans ou não-binária, correspondente a aproximadamente 3 milhões de pessoas. Sendo assim, tais pesquisas evidenciam uma quantidade numerosa de indivíduos, que na realidade pode possuir uma estimativa populacional ainda maior, devido ao fato de os estudos apontados possuírem caráter experimental.

Esses dados revelam a demanda pela garantia e proteção dos direitos humanos desse grupo de pessoas, considerando que constantemente são alvo da violação de direitos, principalmente através de ações fundamentadas na LGBTfobia, cuja nomenclatura se refere à discriminação em virtude da orientação sexual e da identidade de gênero² - considerados determinantes sociais em saúde - que resulta em prejuízo físico, psicológico, moral, patrimonial, sexual, assim como, na morte dessas pessoas (GONÇALVES et al., 2020).

² Segundo o Manual de Comunicação LGBTI+ (2018), o termo “identidade de gênero” diz a respeito a uma experiência interna e individual acerca de uma percepção de si mesmo quanto ao gênero ao qual se identifica, podendo ou não corresponder ao sexo biológico atribuído no nascimento. Já o termo “orientação sexual”, se refere a atração emocional, afetiva ou sexual por pessoas de gênero diferente, do mesmo gênero, mais de um gênero e entre outros, não devendo ser substituído pelo termo errôneo “opção sexual”.

Nessa perspectiva, a perpetuação dessas formas de violências, colocou o Brasil, em 2020, no 68º lugar no ranking de países com segurança para se viver sendo um indivíduo LGBTQIAPN+. E, nesse sentido, a região nordeste do país se apresentou com um maior número de mortes violentas e com a característica de ser a unidade da federação mais transfóbica. Com isso, enfatizando a carência na realização de mais pesquisas nessa região, sobretudo as que englobam o combate ao preconceito e incentivam a promoção dos direitos humanos (ANTRA, 2020).

Essa LGBTfobia se apresenta em diversos cenários da sociedade, como na universidade, nos currículos da educação e nas instituições de saúde, contribuindo para a existência de um ciclo de exclusão caracterizado pela falta de acolhimento nesses espaços, que gera um distanciamento dessas pessoas como participantes ativos e protagonistas de suas pautas nesses ambientes (GONÇALVES et al., 2020).

Repercutindo também, na violação dos direitos relacionados à saúde, uma vez que as pessoas LGBTQIAPN+ apresentam dificuldades de acesso aos serviços, barreiras na formação de vínculo com a equipe multiprofissional devido ao preconceito, e se deparam com a falta de qualificação e conhecimento por parte dos profissionais de saúde acerca das suas especificidades e demandas de saúde. Ressaltando que esse desconhecimento apresentado pelos trabalhadores é oriundo da própria formação durante a graduação (FILHO et al., 2019).

O que resulta no distanciamento desses indivíduos dos serviços de saúde, e acaba justificando o aparecimento de indicadores preocupantes, como o de maior letalidade do câncer de colo de útero em pessoas não heterossexuais (principalmente, em homens trans, mulheres lésbicas e bissexuais e pessoas não-binárias) devido a não realização de exames preventivos periodicamente (FERNANDES, SOLER, LEITE, 2018).

Além de, adversidades no acesso ao processo transexualizador³ por pessoas trans e travestis, fazendo com que recorram ao uso indiscriminado de hormônios, incluindo a aplicação de silicone industrial, que traz diversos agravos à saúde, como deformidades no corpo, siliconomas, necrose tecidual, infecções, embolia pulmonar e até a morte (PINTO et al., 2017).

Somado a outros indicadores que mostram a população LGBTQIAPN+ vulnerável às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), ao abuso de álcool e outras drogas, aos distúrbios

³ De acordo com Pinto et al (2017), o processo transexualizador se caracteriza como um conjunto de formas de assistir a comunidade transgênero nos serviços de saúde, englobando a Atenção Básica e a Atenção Especializada. Incluindo o uso do nome social, acompanhamento clínico e psicológico, terapia hormonal, cirurgia de redesignação sexual, mastectomia, mamoplastia, plástica mamária reconstrutiva com colocação de prótese de silicone e entre outros procedimentos que visem melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

alimentares, ao isolamento, ansiedade, depressão, violência e ao suicídio, quando se comparado com a população em geral (SANTOS, SILVA, FERREIRA, 2019).

Embora essa temática seja relevante, na literatura científica ainda são encontrados poucos estudos relacionando os direitos humanos e a saúde LGBTQIAPN+ com a formação em saúde. Nas pesquisas documentais encontradas que se aproximam dessa temática a partir da análise dos PPP, notou-se que estas avaliavam somente a abordagem em um único curso específico da área da saúde. Desse modo, pensando numa perspectiva de saúde integral e na abordagem interprofissional, percebeu-se a necessidade de pesquisar sobre a formação em saúde acerca do cuidado a essa comunidade nas diversas categorias profissionais

Partindo dessas evidências, traçou-se a seguinte pergunta de pesquisa para a condução desse estudo: “Como os PPP dos cursos de graduação que atuam na área da saúde, vinculados à Universidade Federal de Alagoas, campus A.C. Simões, abordam a temática de direitos humanos e da saúde LGBTQIAPN+?”. Para responder a essa pergunta foi definido o seguinte objetivo geral: analisar como a temática dos direitos humanos e da saúde LGBTQIAPN+ se apresentou nos PPP dos cursos de graduação que atuam na área da saúde, vinculados à Universidade Federal de Alagoas, campus A.C. Simões.

Esse trabalho se organizou em 4 seções principais. Na seção 1 serão realizadas contribuições a partir de uma revisão de literatura, iniciando com a construção histórica dos direitos humanos e dos marcos legais da educação, fazendo uma relação com as tentativas de superação do modelo tradicional de ensino ao aproximar a inclusão de temáticas relacionadas à população LGBTQIAPN+ na formação em saúde (TELES, 2012; VIOLA, PIRES, 2012). Seguido de uma revisão histórica e cronológica do cenário mundial, nacional e estadual, acerca das lutas dos movimentos sociais a respeito de conquistas no âmbito dos direitos humanos e das políticas públicas de saúde voltadas para essa população (BRASIL, 2013).

Na seção 2 será apresentado o percurso metodológico utilizado para estruturar essa pesquisa de caráter documental. Incluindo um aprofundamento no referencial teórico adotado, sendo este a obra “A história da Sexualidade I: A vontade de saber” (1988) do filósofo Michel Foucault, por meio da qual serão detalhados os conceitos de poder, biopoder, biopolítica e discursos da verdade, a fim de elucidar e construir as categorias temáticas analisadas nesse trabalho (FOUCAULT, 1988).

A seção 3 corresponderá a exibição dos resultados e das discussões de três temáticas definidas como: Estudo dos direitos humanos e da saúde da população LGBTQIAPN+ nos PPP: aproximações e distanciamentos a partir das concepções de Foucault; Abordagem sobre gênero e sexualidade na graduação em saúde: quais os discursos da verdade?; Invisibilidade e

superficialidade da temática de Saúde LGBTQIAPN+ na graduação em saúde à luz das implicações da biopolítica e do biopoder. E, por fim, a seção 4 consistirá na síntese dos resultados obtidos que responderão ao objetivo proposto, elucidando uma conclusão e sugestões para futuras pesquisas nessa área.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Direitos Humanos: um olhar sob os marcos legais da educação e da inclusão de temáticas relacionadas à população LGBTQIAPN+ na formação em saúde

A compreensão da relação dos direitos humanos com a educação, perpassa marcos relevantes em sua construção histórica, como as influências da *Bill of Rights* Inglesa (Declaração dos Direitos) no século XVII, que limitava o poder soberano e propunha autonomia para o poder legislativo da época. Assim como da Declaração de Independência dos Estados Unidos, em 1776, que abordava acerca dos indivíduos serem criados de forma igualitária e possuírem direitos inalienáveis (TELES, 2012).

Posteriormente, da *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen* (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão), publicada em 1789 como resultado da Revolução Francesa, que pautava a existência de direitos universais para a humanidade, sob a perspectiva do iluminismo francês que trazia os ideais de liberdade, igualdade, fraternidade (TELES, 2012).

Apesar dessas aproximações, foi apenas do século XX que houve a efetivação dos direitos humanos com caráter universal, tendo em vista o estopim da ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que desencadeou uma série de violações de direitos humanos, incluindo o extermínio de grupo específicos, como os judeus no holocausto (TELES, 2012).

Esses acontecimentos foram preponderantes para a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. E para posterior elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, sendo este um documento de referência internacional fundamentado na liberdade, na justiça e na paz no mundo, por meio do qual foram propagados os direitos iguais para todos os indivíduos sem qualquer distinção (TELES, 2012).

Esse debate ganhou uma expansão global, incluindo os países da América Latina, como o Brasil, em que a temática ganhou visibilidade principalmente após o período da ditadura militar (1964-1985), marcado pela violência institucionalizada, graves violações de direitos e desigualdade social (VIOLA, PIRES, 2012).

Nesse contexto, surgiram os movimentos sociais em conjunto com a sociedade civil, que foram primordiais para a redemocratização do país, culminando na construção da Constituição Federal de 1988, que sancionou o Estado Democrático de Direito e impulsionou a defesa e a promoção dos direitos humanos garantidos legalmente por meio de políticas públicas, incluindo o direito à saúde e à educação (VIOLA, PIRES, 2012).

Considerando todos esses antecedentes, foi observada a necessidade da incorporação de uma concepção contemporânea de direitos humanos, que incluíssem as reivindicações do movimento negro, anticolonial, feminista e LGBTQIAPN+, ou seja, que fossem consideradas as dimensões étnico-racial, de diversidade de gênero e de orientação sexual, visto que, são temáticas alvo de transgressões de direitos fundamentais (VIOLA, PIRES, 2012).

Com base nisso, surgiu a necessidade de adotar a educação como um eixo potente para realizar transformações sociais relacionadas à garantia dos direitos humanos. Desse modo, para colocar essa idealização em prática foi necessário e ainda está sendo elaborar marcos legais norteadores para viabilizar a sua execução (VIOLA, PIRES, 2012).

No ano de 1993 a ONU criou o Plano Mundial de Ação para a Educação em Direitos Humanos, um documento que previa a inclusão dessa temática nos currículos, planos e programas do sistema de ensino formal e não formal, gerando uma movimentação internacional a respeito dessa pauta (SILVA, 2012).

Como consequência, em 2003, o Brasil criou o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, e no mesmo ano, foi elaborado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), ampliado em 2006, sendo construído tendo como base os documentos citados anteriormente, somado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996), visando orientar os sistemas de ensino quanto a inclusão dessas proposições (SILVA, 2012).

Nesse viés, o Ministério da Educação (MEC), em 2012, estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, tornando obrigatória a sua inserção nos componentes curriculares da educação básica e do ensino superior, devendo esta ser um dos componentes na elaboração dos PPP e PPC (BRASIL, 2012a).

Além disso, essa inclusão também é enfatizada nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde, acrescida de informações relacionadas a incorporação dos estudos de gênero, orientação sexual e da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BRASIL, 2017).

Logo, pode ser observada que existe uma associação entre a educação em direitos humanos e as temáticas ligadas à diversidade, gênero, orientação sexual e população LGBTQIAPN+. Havendo, por exemplo, diferentes abordagens relacionadas nas Diretrizes

Curriculares Nacionais, publicadas mais recentemente, dos cursos que atuam na área da saúde, que foram incluídos nesta pesquisa (Enfermagem, Educação Física, Psicologia, Odontologia, Medicina, Nutrição, Farmácia e Serviço Social), como pode ser observada na Figura 1.

Figura 1 - Aparecimento das temáticas de educação em direitos humanos, diversidade, gênero, orientação sexual e população LGBTQIAPN+, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação da área da saúde incluídos nesta pesquisa. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.

DCN DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA (2014)



"...Os conteúdos curriculares e o PPC devem abordar transversalmente o tema de **direitos humanos**. Além disso, durante a atenção a saúde o graduando deve estar atento as dimensões da diversidade biológica, subjetiva, de **gênero** e de **orientação sexual**. Assim como, considerando nesse aspecto uma postura ética, respeitosa durante a execução do exame físico... (BRASIL, 2014)".

DCN DO CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM ENFERMAGEM (2018)



"...Entre os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação deve estar o processo de cuidar em Enfermagem à pessoa de grupos populacionais socialmente diversos, como os **LGBTI** e outros. E, deve constar nos PPC temas transversais como a educação para as relações étnico-raciais, de **gênero** e de **identidade de gênero, direitos humanos** e outros... (BRASIL, 2018)".

DCN DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO (2001)



Não há menção acerca dos direitos humanos, diversidade, identidade de gênero, orientação sexual ou população LGBTQIAPN+. O que pode ser justificado pelo ano de publicação ser anterior a existência dos principais marcos legais.

DCN DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA (2018)



"...Os cursos de educação física devem incluir temas como a **educação e diversidade, direitos humanos**, cidadania, educação ambiental, entre outras temáticas centrais da sociedade contemporânea...(BRASIL, 2018b)".

DCN DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA (2017)



"...O discente deve estar comprometido com o desenvolvimento científico associado ao bem-estar, à qualidade de vida e ao respeito aos **direitos humanos**. Como também, a formação requer a compreensão dos determinantes sociais da saúde, que consideram os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, de **gênero e de orientação sexual**, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais...(BRASIL, 2017)".

DCN DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (2022)*



"A formação em psicologia deve possuir como princípio o respeito à **diversidade** pessoal, social, cultural e ética, em consonância com a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. E, entre as competências do profissional deve estar o respeito as **diversidades de gênero**, sociocultural, étnico-racial, religiosa e outras... (BRASIL, 2022)".

*Aguardando homologação

DCN DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (2002)



Não há menção acerca dos direitos humanos, diversidade, identidade de gênero, orientação sexual ou população LGBTQIAPN+. O que pode ser justificado pelo ano de publicação ser anterior a existência dos principais marcos legais.

DCN DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA (2021)



"Os conteúdos curriculares do curso devem abranger as políticas de **educação em direitos humanos** e das que tratam da **equidade de gênero e orientação sexual**, e das relações étnico-raciais. Assim como, a formação deve incluir o exercício da ética e das dimensões da diversidade biológica, subjetiva, étnico-racial, de **gênero e orientação sexual** dos indivíduos...(BRASIL, 2021)".

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Considerando que no contexto do ensino superior, a Universidade é composta por três pilares fundamentais, sendo eles: ensino, pesquisa e extensão. Tem-se no ano de 2012, a publicação da Política Nacional de Extensão Universitária, que propôs como um de seus oito eixos temáticos a serem trabalhados o “eixo de direitos humanos” (BRASIL, 2012b).

Inserção relevante, principalmente com a nova atualização do MEC em 2018, que versa sobre a inclusão das atividades de extensão no currículo dos cursos como parte da carga horária obrigatória, ou seja, curricularizando a extensão e dessa maneira, possibilitando um contato mais próximo dos discentes com esses assuntos (BRASIL, 2018).

Assim como, há também outras políticas e programas indutores de mudanças na formação dos futuros trabalhadores e equipes dos serviços de saúde, dentre os quais destaca-se o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), criado em 2008, para proporcionar integração entre o ensino, o serviço e a comunidade, podendo ser também um espaço em potencial para que sejam inseridos conhecimentos e atividades práticas que promovam os direitos humanos e a diversidade (BRASIL, 2018c).

Dessa maneira, percebe-se que a existência desses marcos legais é fundamental para inserir esses assuntos no contexto dos currículos dos cursos de graduação em saúde. O que é imprescindível, pois, os profissionais são responsáveis pelo acolhimento dessa população nos serviços e são aliados no combate a LGBTfobia institucional, além de aproximarem essas pessoas do cuidado em saúde integral e contribuir para diminuição de suas vulnerabilidades sociais (MATTA et al., 2020).

2.2 Direitos Humanos e políticas públicas de saúde voltadas para a população LGBTQIAPN+: uma revisão histórica

2.2.1 Conquistas no cenário mundial

Ao longo dos anos houve um esforço global para que existisse visibilidade em relação aos direitos humanos da população LGBTQIAPN+, destacando-se nesse processo o protagonismo das reivindicações dos movimentos sociais ao redor do mundo. Sendo mencionado o vanguardismo da Rebelião de Stonewall, no ano de 1969, na cidade Nova Iorque, que desencadeou uma série de protestos sobre a ilegalidade da homossexualidade, e no campo

da medicina acerca da sua patologização⁴. Assim como, denunciou a repressão por parte do Estado, que utilizava as forças policiais como meio de opressão e silenciamento acerca dessas contestações (PERRONI et al., 2019).

Nessa perspectiva, tem-se o surgimento da epidemia de HIV/AIDS na década de 80, e a sua associação com a “peste gay”, o que gerou diversos estigmas e preconceitos relacionados a essa comunidade como “propagadora do vírus”. Bem como, foi um fator propulsor para o início das mobilizações sociais que foram fundamentais para que na atualidade existam políticas públicas de saúde voltadas à prevenção, detecção precoce e tratamento da doença, além de, assistência integral e ampliação da visão de pessoas vivendo com HIV para além de um grupo específico estigmatizado (SILVA, 2020).

A partir da visibilidade conquistada, a luta por direitos fundamentais ganhou relevância no cenário mundial, passando a expandir as necessidades dessa população para além do que estava garantido na Carta dos Direitos Humanos publicada, em 1948. Nesse sentido, no ano de 2006, foram publicados os Princípios de Yogyakarta, caracterizados como o primeiro documento internacional que pautou os direitos humanos em relação à orientação sexual e a identidade de gênero (YOGYAKARTA, 2006). Posteriormente, em 2017, foram adicionados mais nove princípios aos vinte e nove princípios existentes no documento inicial, com a finalidade ampliar a responsabilização de proteção do Estado a comunidade LGBTQIAPN+ (ALAMINO, DEL VECCHIO, 2018).

Nesse contexto, outros marcos históricos pertinentes foram a efetivação da despatologização da orientação sexual e da identidade de gênero, com a retirada da homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1990 (BACK et al, 2019). E a remoção do CID-11, denominado “transtorno de identidade de gênero”, pela OMS, em 2019, passando a não mais incluir pessoas transsexuais e travestis na lista de indivíduos com distúrbios mentais (BACK et al, 2019; LOUREIRO, ANDION, 2021).

Além disso, houve outras movimentações pertinentes, como o lançamento da campanha “Livres & Iguais”, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2013, com o objetivo de promover a igualdade de direitos para as pessoas LGBTQIAPN+ no mundo (NAGAMINE, 2019).

⁴ Penzani (2019) define o termo “patologização” como o ato de patologizar, ou seja, de considerar doença algo que por vezes não o seja.

Como também, a elaboração da “Agenda para Zero Discriminação nos Serviços de Saúde”, em 2016, uma parceria entre a OMS e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), objetivando a promoção de serviços de saúde com ambientes acolhedores e livres de qualquer forma de discriminação, construídos por meio da participação dos trabalhadores e das comunidades vulneráveis (UNAIDS, 2018).

2.2.2 Conquistas no cenário nacional

Os feitos internacionais foram fundamentais como referência para a conquista de políticas públicas de saúde no Brasil voltadas a essa população. Sendo acontecimentos relevantes o processo de redemocratização do país após a ditadura militar e o engajamento da participação popular na reforma sanitária, na promulgação da Constituição Federal de 1988 e na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que possibilitou garantir legalmente o direito à saúde e o acesso aos serviços do SUS por meio dos princípios doutrinários da universalidade, integralidade e equidade (SANTOS, SILVA, FERREIRA, 2019).

Assim como observado no cenário mundial, também houve no Brasil um considerável movimento social desencadeado pela epidemia do HIV/AIDS, na década de 1980, com o protagonismo de coletivos como o Grupo Somos, o Grupo Gay da Bahia e a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL), que denunciavam as estratégias de controle dos corpos LGBTQIAPN+ e de suas práticas sexuais sendo vistas como imorais e detentoras da propagação do viral (SIERRA, MEYER, 2020).

Entre essas tentativas de controle dos corpos esteve a denominada “Operação Tarântula” no estado de São Paulo, em 1987, na qual as forças policiais perseguiram travestis, com a premissa de que estavam “combatendo a AIDS”, demonstrando o uso do poder para reforçar condutas higienistas e moralizantes, que escancararam as iniquidades em saúde vivenciadas por essa população (CAVALCANTI, BARBOSA, BICALHO, 2018).

Nesse viés, passaram a existir reivindicações de organizações coletivas para ampliar, para além das IST, principalmente no âmbito do HIV, as pautas relacionadas a saúde de pessoas LGBTQIAPN+, que inicialmente restringiam sua visibilidade aos homossexuais, mas com a aproximação das pautas do movimento feministas, foram sendo incluídas as necessidades em saúde das travestis, das mulheres cis e trans de diferentes orientações sexuais (BRASIL, 2013).

A partir disso, essas temáticas surgiram nas agendas políticas governamentais, como no programa Brasil sem Homofobia, proposto no ano de 2004, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), objetivando o combate à discriminação e ao preconceito.

Posteriormente, no mesmo ano, o Ministério da Saúde criou o Comitê técnico de saúde LGBT, conduta primordial para que nos anos seguintes essa população tivesse representação no Conselho Nacional de Saúde (2006), proporcionando a participação e o controle social (BRASIL, 2013).

No que se refere a saúde da população Transgênero/Transsexual/Travesti, tem-se considerações importantes na publicação da Carta do Usuário do SUS, através da portaria Nº 1.820/2009, que possibilitou um campo para registrar o nome social nos documentos de saúde (BRASIL, 2009).

Somado a isso, houve a regulamentação do processo transexualizador no SUS, inicialmente instituído pelas Portarias nº 1707/2008 e 457/2008, e redefinido pela Portaria nº 2803/2013, que ampliou a linha de cuidados a esse grupo de pessoas, reforçando a integração entre a Atenção Básica e a Atenção Especializada na promoção de serviços que atendam às necessidades em saúde de forma integral (BRASIL, 2008; BRASIL, 2013).

Ademais, vários itinerários foram fundamentais para ampliar a visão de saúde relacionada a esses aspectos, como o Seminário Nacional de Saúde da População GLBTT, na Construção do SUS (2008). A 13ª Conferência Nacional de Saúde (2008) que pautou a análise da orientação sexual e da identidade de gênero como determinantes sociais em saúde.

Como também, a I Conferência Nacional LGBT (2008), em que o Ministério da Saúde submeteu ao debate os princípios da Política de Saúde LGBT. Posteriormente, houve a aprovação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009), que definiu eixos estratégicos de ações para a proteção da dignidade e cidadania dessa comunidade (LAURENTINO, 2015).

Além disso, o Caderno de Atenção Básica nº 26 sobre Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva, publicado em 2009, abrangeu tópicos referentes aos direitos sexuais e reprodutivos de pessoas LGBTQIAPN+, reiterando que as equipes da atenção primária deveriam possuir competência para assistirem sem discriminação as novas configurações de família, respeitando suas especificidades (LAURENTINO, 2015).

Toda essa trajetória culminou na publicação, em 2011, da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), instituída pela Portaria nº 2.836/2011, considerado um marco significativo, pois, esse documento oficial reconheceu a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais em saúde, que estão diretamente ligados ao processo saúde-doença, em interface com o preconceito e o estigma social (BRASIL, 2013).

A partir disso, essa política propôs como objetivo a promoção de saúde integral dessa comunidade, por meio da eliminação da discriminação e do preconceito institucional, incluindo como uma de suas diretrizes, a participação dos trabalhadores da saúde (BRASIL, 2013).

Com o avançar dos anos, outras demandas foram sendo elencadas, como recentemente, no ano de 2019 houve a criminalização da LGBTfobia, através do seu enquadramento como crime de racismo, previsto na Lei nº 7.716/89, por entender que tais atos de discriminação acontecem quando um grupo cis heteronormativo⁵ predominante age contra pessoas LGBTQIAPN+ (BRASIL, 2019).

Apesar dessa inclusão em uma legislação vigente, é necessária a publicação de uma legislação específica acerca do assunto para fortalecer os registros epidemiológicos e a elaboração de políticas públicas intrínsecas de embate a este crime, que incluam também a dimensão dos serviços de saúde, visto que este espaço também pode ser um reprodutor dessa forma de violência institucionalizada (GONÇALVES et al., 2020).

Além disso, no ano de 2021, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei nº 2353/2021, que altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, visando o fim da proibição da discriminação com base na orientação sexual de doadores de sangue, desse modo, contribuindo para a diminuição de uma violência perpetuada durante anos (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Apesar desses consideráveis marcos ao longo da história, ainda há muito para ser avançado no que diz respeito à saúde da população LGBTQIAPN+, principalmente em um contexto de ascensão de uma onda conservadora e moralista na sociedade e na política do país.

2.2.3 Conquistas no cenário estadual

O movimento LGBTQIAPN+ no estado de Alagoas tem cerca de 30 anos de existência, sendo um de seus marcos relevantes a criação do Grupo Gay de Alagoas (GGAL), no ano de 1997, a primeira organização registrada a reivindicar seus diversos direitos na região, incluindo os relacionados à saúde (HONORATO; RODRIGUES, 2022).

Nessa perspectiva, uma conquista considerável foi a criação do Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CECD/LGBT), no ano de 2013, com o intuito de propor, acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar de forma colegiada, as políticas públicas específicas para esse grupo, visando

⁵ A cis heteronormatividade é compreendida como uma construção da sociedade que impõe uma norma para que todos os corpos se desenvolvam para se tornarem cisgênero e heterossexuais (MIRANDA, 2021).

auxiliar na garantia da plena cidadania desses indivíduos no estado (GOVERNO DE ALAGOAS, 2013).

Após aproximadamente 20 anos depois da fundação da GGAL, tem-se a elaboração de políticas públicas de saúde voltadas para essa população por parte da Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), como a Portaria SESAU n°. 01 de 03 de janeiro de 2017, que reforça a inserção do nome social de pessoas trans e travestis nos registros estaduais referentes aos serviços públicos de saúde (SESAU, 2017). Assim como, em 2018, houve a formulação da Portaria SESAU n°. 4.125, que descreve acerca da redefinição do Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT do Estado de Alagoas (SESAU, 2018).

O delineamento dessas portarias foi importante como subsídio para a construção da Política Estadual de Saúde Integral da População LGBT, aprovada pela Portaria SESAU n°. 2.744, no ano de 2021 (SESAU, 2021). Sendo incluída no Plano Estadual de Saúde 2020-2023, que propõe o cumprimento dessa legislação em vigor e a garantia de educação permanente para os profissionais de saúde sobre a temática de atendimento e acolhimento equânime a essa comunidade (SESAU, 2020).

No ano de 2019 foi inaugurado na capital do estado, Maceió, o Ambulatório de Acolhimento e Cuidado Integral de Pessoas LGBTQIA+ vinculado ao Hospital da Mulher D^a Nise da Silveira, com funcionamento vinculado ao SUS, oferecendo atendimento de acordo com as particularidades de cada usuário (AGÊNCIA ALAGOAS, 2020).

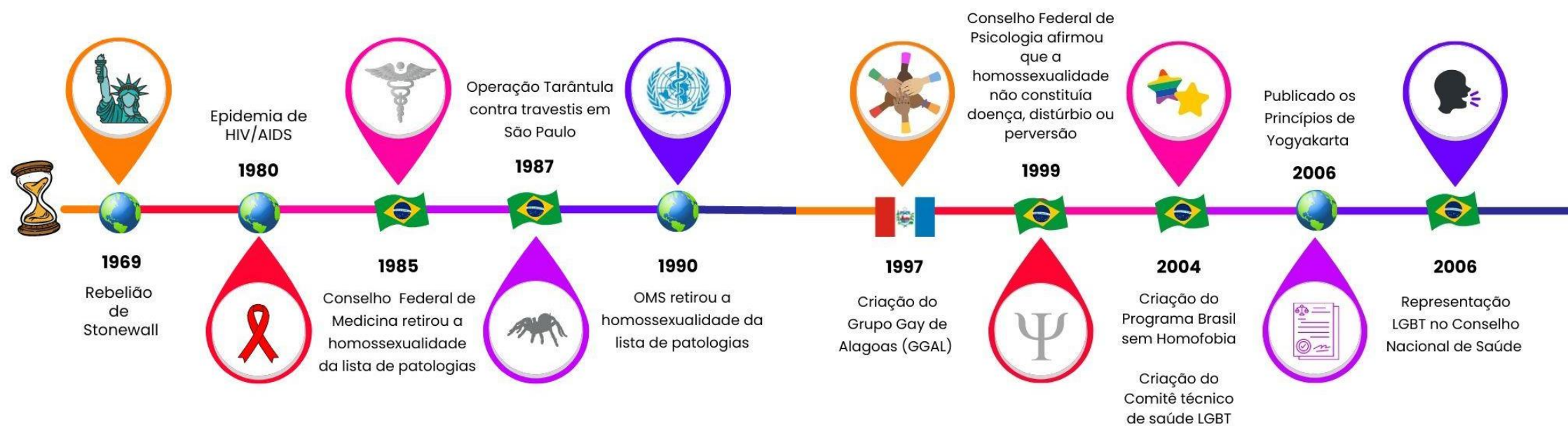
No início do ano de 2020, também foi inaugurado o Ambulatório Trans vinculado ao Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA) da UFAL com atividades sendo desenvolvidas de forma multidisciplinar e interprofissional, atendendo a Portaria n° 2803/2013, que regulamenta o processo transexualizador no SUS (MACHADO, 2020). É importante mencionar que devido a pandemia de COVID-19 ter acontecido próxima a inauguração desses espaços, estes apesar de estarem em funcionamento, ainda se encontram em ampliação dos atendimentos.

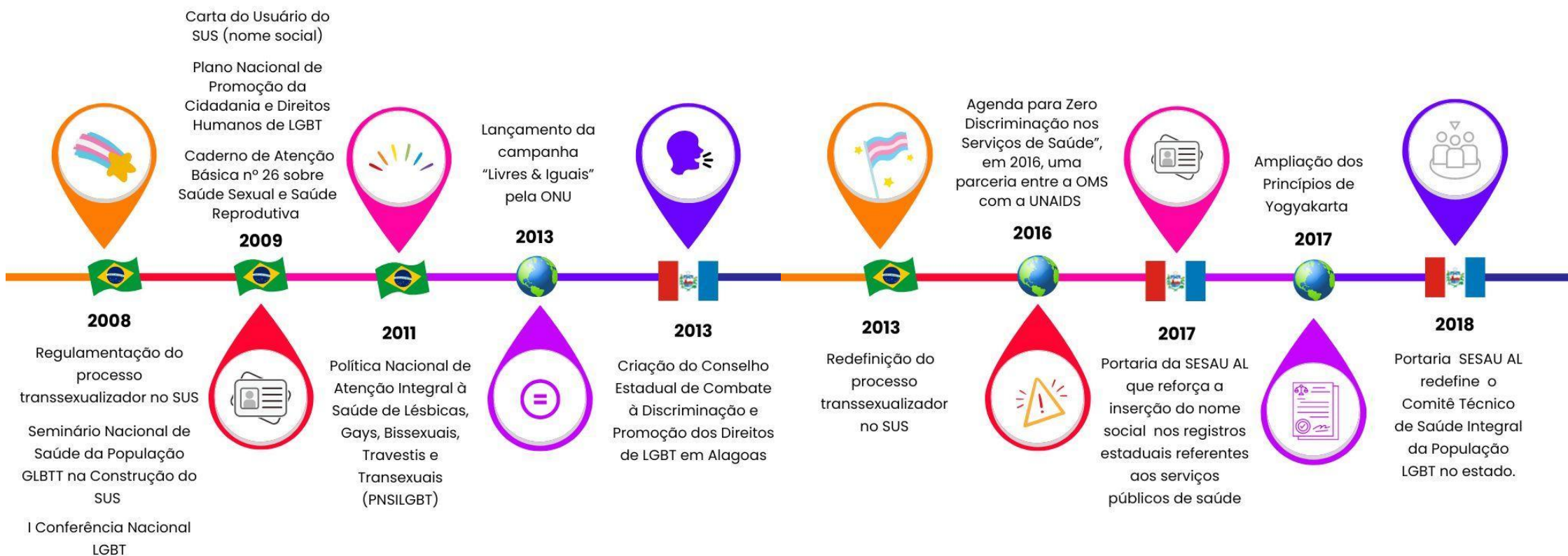
No dia 5 de janeiro de 2021, foi inaugurada, no estado de Alagoas, a primeira casa de acolhimento para a população LGBTQIAPN+, denominada Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR), que recebeu esse nome em homenagem ao professor Ezequias Rocha Rego, integrante da GAAL, que foi assassinado em 2011 como vítima de LGBTfobia.

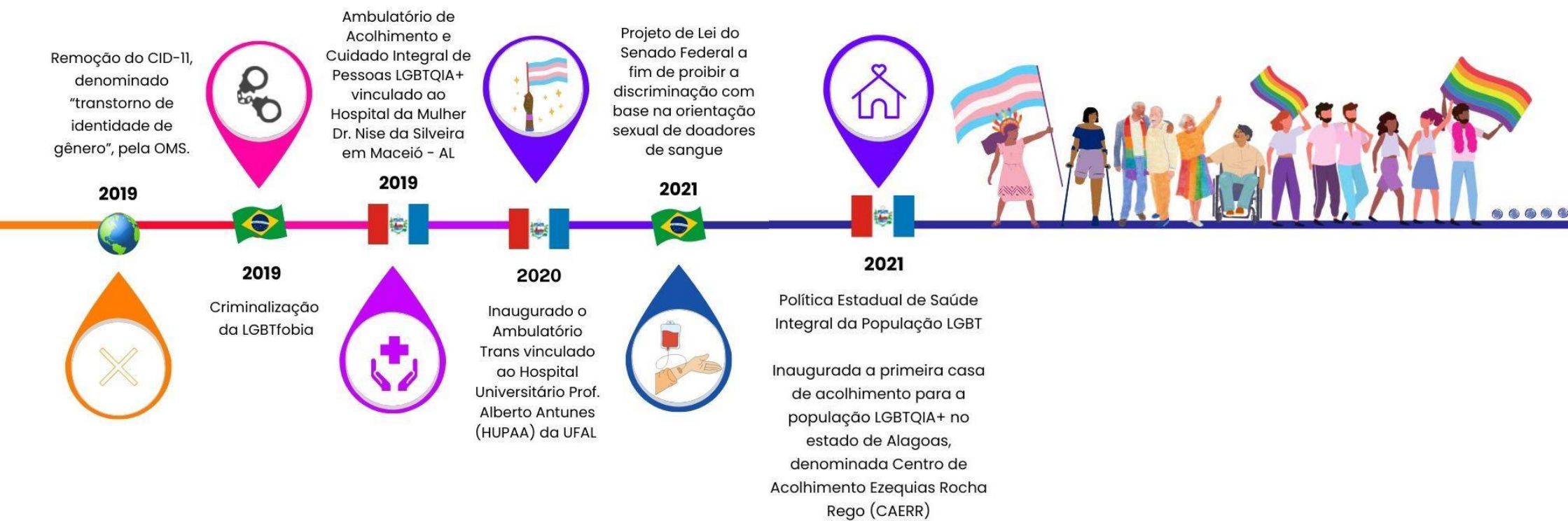
Esse espaço surge como um símbolo de resistência e luta por direitos, estabelecendo-se como uma rede de acolhimento com a disponibilidade de um espaço para moradia, bem como, oferta de serviços de atenção à saúde, atividades de assistência social e jurídica, cursos profissionalizantes e entre outras ações (GAZETA ALAGOAS, 2021). Desse modo, tem-se

uma síntese dos marcos históricos relevantes na Figura 2, em forma de linha do tempo, a fim de melhor visualizar as informações comentadas.

Figura 2 - Linha do Tempo: marcos históricos relevantes na saúde da população LGBTQIAPN+ em âmbito mundial, nacional e estadual. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.







Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Estudo

Essa pesquisa trata-se de um estudo descritivo com delineamento documental e abordagem qualitativa, realizado no período dos meses de junho a outubro do ano de 2022, a partir da análise dos PPP pertencentes aos cursos de graduação que atuam na área da saúde, vinculados à UFAL, campus A.C. Simões.

3.2 Delineamento do Estudo

A pesquisa documental foi escolhida por ser caracterizada como um instrumento metodológico cujo objeto de investigação são documentos, descritos pelo dicionário online Michaelis (2022) como:

Qualquer escrito ou impresso que forneça uma informação ou prova, usado para esclarecimento de algo. Qualquer elemento com valor documental (fotos, filmes, papéis, peças, fitas de gravações, construções, objetos de arte etc.) capaz de provar, elucidar, instruir um processo, comprovar a veracidade ou evidência científica de algum fato, acontecimento, teoria, declaração e outros. (MICHAELIS, 2022).

Podendo estes serem dos mais variados tipos, incluindo os registros curriculares oficiais da educação na forma de documento digital, que são definidos e caracterizados por Michel (2000) e Pédauque (2003), respectivamente, como:

“O documento digital seria um conjunto de dados organizados segundo uma estrutura estável e associada a regras que permitiriam sua legibilidade partilhada entre o criador e os leitores” (MICHEL, 2000).

“As principais características do documento digital são: facilidade de ser armazenado, localizado e recuperado; flexibilidade de seu formato; disponibilidade instantânea à distância; e poder relacionar-se com outros documentos” (PÉDAUQUE, 2003).

Além disso, os documentos são referidos como de fonte primária, ou seja, são informações que ainda não receberam um tratamento analítico científico em relação a uma determinada temática de estudo (CECHINEL et al, 2016), por isso, podem ser capazes de produzir novos conhecimentos, por meio de dados estáveis, confiáveis, de baixo custo e que possibilitam observar o processo de evolução do corpus de estudo proposto, contribuindo assim,

para novas descobertas no âmbito da pesquisa científica (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Dessa maneira, foram analisados os documentos correspondentes aos PPP dos cursos de graduação que atuam na área da saúde. Sendo estes, definidos por Moraes e Costa (2016) como aqueles que orientam a construção social e histórica da instituição de ensino, estando relacionados ao conjunto de saberes, práticas, objetivos, processos metodológicos e avaliativos que envolvem o currículo em saúde.

Somado a isso, foram analisadas informações atualizadas sobre os componentes curriculares do tipo grupos, linhas de pesquisa e projetos de extensão disponíveis nos sites oficiais das unidades acadêmicas selecionadas, visto que são documentos digitais que integram a formação acadêmica em saúde.

3.3 Referencial Teórico

Os estudos acerca da saúde LGBTQIAPN+ são recentes, sendo possível que uma das contribuições para pautar essa temática, seja a obra do filósofo Michel Foucault, denominada “A história da Sexualidade I: A vontade de saber”, publicada em 1988, em que o autor aborda conceitos como os de poder, biopoder, biopolítica e discursos da verdade, para refletir acerca da sexualidade no mundo ocidental (FOUCAULT, 1988).

Nessa conjuntura, o autor aprofunda o entendimento a respeito do poder, afirmando que ele possui uma cronologia e se adapta de acordo com o momento histórico presente. Cita a existência do poder soberano nos governos absolutistas no Antigo Regime, em que existia a figura do rei e de seus súditos, havendo nessa figura central uma autoridade para “deixar viver e fazer morrer” (COIMBRA, 2011; FOUCAULT, 1988).

Com a revolução industrial e o desenvolvimento do capitalismo, pensa-se nos Estados Modernos, invertendo a dinâmica para “fazer viver e deixar morrer”, ou seja, o Estado passa a exercer um poder na docilização⁶ dos corpos das populações, definindo a biopolítica como o controle do Estado sobre a vida coletiva, e o biopoder como o impacto desse poder sobre a vida (COIMBRA, 2011; FOUCAULT, 1988).

Nesse aspecto, a medicina social tornou-se uma estratégia biopolítica, sendo utilizada para avaliar as condições de vida da população, gerando um controle do Estado sobre a

⁶ O termo “docilização dos corpos” compreende a exercer poder para controlar e produzir corpos submissos, manipuláveis e moldados ao que é esperado pela sociedade (CARVALHO, AGUIAR, COSTA, 2019).

natalidade, morbidade, longevidade, habitação, migração, mortalidade e reprodução, com a finalidade de elaborar políticas para a promoção da vida, incluindo a criação da ideia de direitos humanos, fomentando a existência de corpos padrões que atendem as exigências do sistema capitalista (FOUCAULT, 1988; ROCHA, 2020).

Para o filósofo, o poder é definido como um exercício, ou seja, não é algo que se tem, mas que se exerce. Que se assemelha a um conjunto de forças que se materializa nas relações de poder. Desse modo, não se detém centralizado as grandes instituições como a política e o Estado, mas é difundido entre os indivíduos e nos micros espaços como a família, a escola, a igreja, o hospital e outros. Portanto, existindo um poder que atua sobre os corpos e dita sobre um padrão de comportamentos, incluindo o âmbito da vida sexual (FOUCAULT, 1988; FURTADO, CAMILO, 2016).

Através das relações de poder as sociedades modernas criam os “discursos da verdade” sobre a sexualidade, ou seja, são produzidas e difundidas informações como verdades absolutas. Como exemplo, tem-se o discurso da verdade sobre o sexo, afirmando de que este deve se restringir ao padrão do casamento, da família tradicional e da reprodução para atender ao modelo capitalista, como visto no seguinte trecho dessa obra:

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. (FOUCAULT, 1988, p. 9).

Sendo assim, as demais existências de “sexualidades periféricas”, citadas na obra como exemplo a homossexualidade, são deslegitimadas e vistas como anormais, devendo esses indivíduos serem reprimidos e silenciados, assim como, serem alvos de estudos no âmbito da medicina, para que fossem encontradas formas terapêuticas de solucionar as denominadas “perversões sexuais” (FOUCAULT, 1988).

Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções. O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer — sejam atos ou palavras. (FOUCAULT, 1988, p. 9).

Além disso, mesmo não discutindo o conceito de gênero, seus estudos contribuíram para embasar os pensamentos feministas que viriam a seguir, principalmente os da filósofa Judith Butler. Tendo em vista que seus apontamentos já denunciavam o poder existente nas relações

binárias (homem e mulher), o papel social feminino de reprodução e da responsabilidade pelo espaço familiar, assim como, o discurso médico sobre a histerização do corpo da mulher, que quando não atende a determinado padrão é lida com o estereótipo de “mulher nervosa” (BARROS, FLORES, 2019; FOUCAULT, 1988).

Como também, não havia a compressão sobre o conceito de identidade de gênero, mas em seu texto há menção da existência de “indivíduos hermafroditas”, nomenclatura que atualmente se refere aos “indivíduos intersexo”, que eram excluídos socialmente e tratados como criminosos.

“Durante muito tempo os hermafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção” (FOUCAULT, 1988, p. 39).

A partir dessas aproximações da obra de Foucault com as temáticas relacionadas à população LGBTQIAPN+, somado aos marcos legais da educação, houve a determinação destes como referenciais teóricos para embasar as discussões pautadas posteriormente nesta pesquisa.

3.4 Recorte da Pesquisa

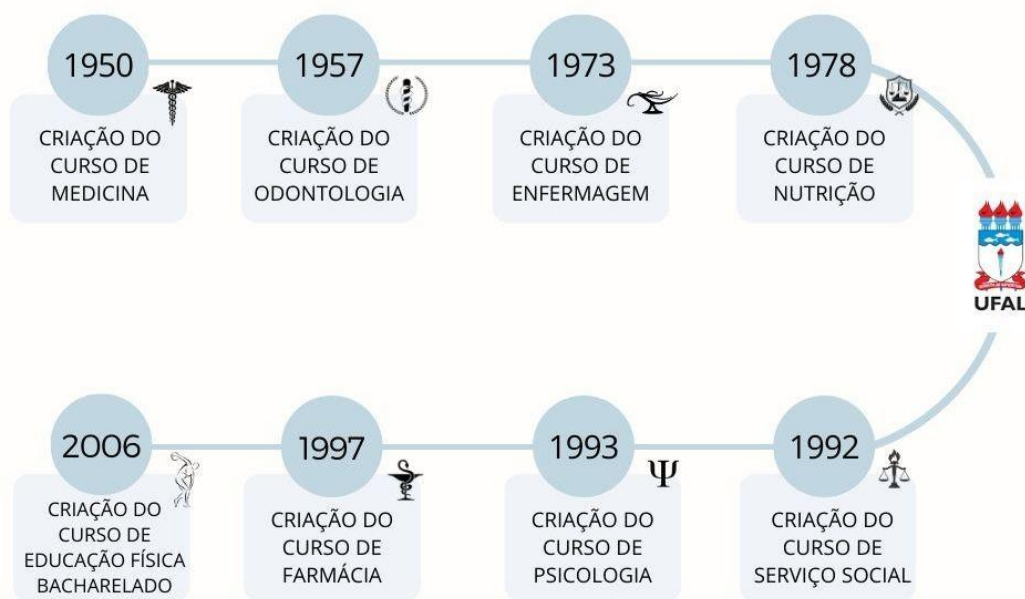
O recorte da pesquisa caracterizou-se pela análise dos PPP e de informações dispostas nos sites oficiais das unidades acadêmicas dos cursos de graduação da UFAL, campus A.C. Simões, que atuam na área da saúde. Nesse sentido, faz-se necessário compreender o contexto da instituição de ensino superior no qual esses documentos foram elaborados.

A UFAL está localizada na região do Nordeste Brasileiro, no estado de Alagoas. Foi fundada em 1961, possui, segundo as informações oficiais do site da instituição, 84 cursos de graduação com cerca de 26 mil alunos matriculados, 1.394 docentes e 1.698 servidores técnico-administrativos.

A Universidade possui quatro campis, um na capital Maceió, denominado de Campus A.C. Simões, e os demais nomeados de Campus Ceca, Campus Arapiraca, Campus Sertão resultado do processo de interiorização da Universidade. Assim como, dispõe do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA), como um órgão de apoio que está vinculado às unidades acadêmicas, principalmente da área de saúde, sendo um campo de prática para a realização de atividades ligadas ao ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência.

Dos cursos de graduação que atuam na área da saúde, foram incluídos nessa pesquisa aqueles vinculados ao Campus A.C. Simões, sendo estes: Nutrição, Odontologia, Psicologia, Enfermagem, Medicina, Educação Física, Farmácia, e Serviço Social. Todos de caráter presencial e do tipo bacharelado, apresentando as datas de fundação detalhadas na Figura 3.

Figura 3 – Cursos de graduação que atuam na área da saúde vinculados ao Campus A.C. Simões da UFAL e seus respectivos anos de criação. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Como se pode perceber, a UFAL se constitui a maior instituição pública de ensino superior do estado, formando uma grande quantidade de profissionais que atuam na área da saúde, com a missão de serem trabalhadores comprometidos com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum, de acordo com as demandas da sociedade alagoana, dentre as quais estão aquelas relacionadas à saúde da população LGBTQIAPN+ do estado.

Uma vez que, segundo o relatório do Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, publicado em 2020, ao serem analisados os estados do Nordeste, Alagoas se apresentou como a unidade da federação mais violenta, acumulando 4,8 mortes para cada um milhão de habitantes, registrando um valor de óbitos relativos acima da média nacional (1,28) (GASTALDI et al, 2021).

Desse modo, evidenciando a situação de vulnerabilidade que vive essa população no estado, marcado pela LGBTfobia e violência, que se apresenta em diversos espaços da sociedade, podendo incluir os serviços de saúde (GASTALDI et al, 2021). Por isso, sendo

fundamental o compromisso da UFAL em produzir conhecimento acerca dessa temática, a fim de formar profissionais preparados para assistir às demandas da população LGBTQIAPN+ e serem protetores dos direitos humanos dessa comunidade.

Quanto ao recorte da pesquisa em relação aos critérios de inclusão e exclusão, tem-se:

- **Critérios de inclusão:**

- ✓ Acesso disponível aos PPP atualizados no site oficial da UFAL;
- ✓ Acesso disponível as informações sobre os componentes curriculares do tipo grupos e linhas de pesquisa e projetos de extensão descritos nos sites oficiais das unidades acadêmicas;
- ✓ Acesso disponível aos documentos enviados pelas coordenações dos cursos incluídos.

- **Critério de exclusão:**

- ✓ Documentos que não foram enviados quando solicitados pelas coordenações dos cursos incluídos.

3.5 Produção das informações:

A presente pesquisa documental coletou os dados no período de junho a outubro de 2022, a partir das seguintes etapas:

- **Etapas 1:**

A primeira aproximação com o corpus da pesquisa aconteceu por meio do acesso ao site eletrônico oficial da UFAL (<https://ufal.br/>), a fim de obter os PPP dos cursos incluídos na pesquisa.

- **Etapas 2:**

Foram enviadas mensagens por endereço eletrônico (e-mail) para as coordenações de todos os cursos incluídos na pesquisa, com a finalidade de averiguar se os PPP que constavam no site

oficial da UFAL estavam atualizados. Como também, objetivando obter outros documentos dos cursos que não constasse nos PPP, como por exemplo, as ementas atualizadas de disciplinas que compõem as grades curriculares, que possuísem alguma relação com o objeto de estudo.

- **Etapa 3:**

Para as coordenações dos cursos que não retornaram as mensagens via e-mail após 15 dias do envio, foram realizadas visitas in loco, para solicitação dos documentos requeridos e apresentação presencialmente do projeto de pesquisa.

- **Etapa 4:**

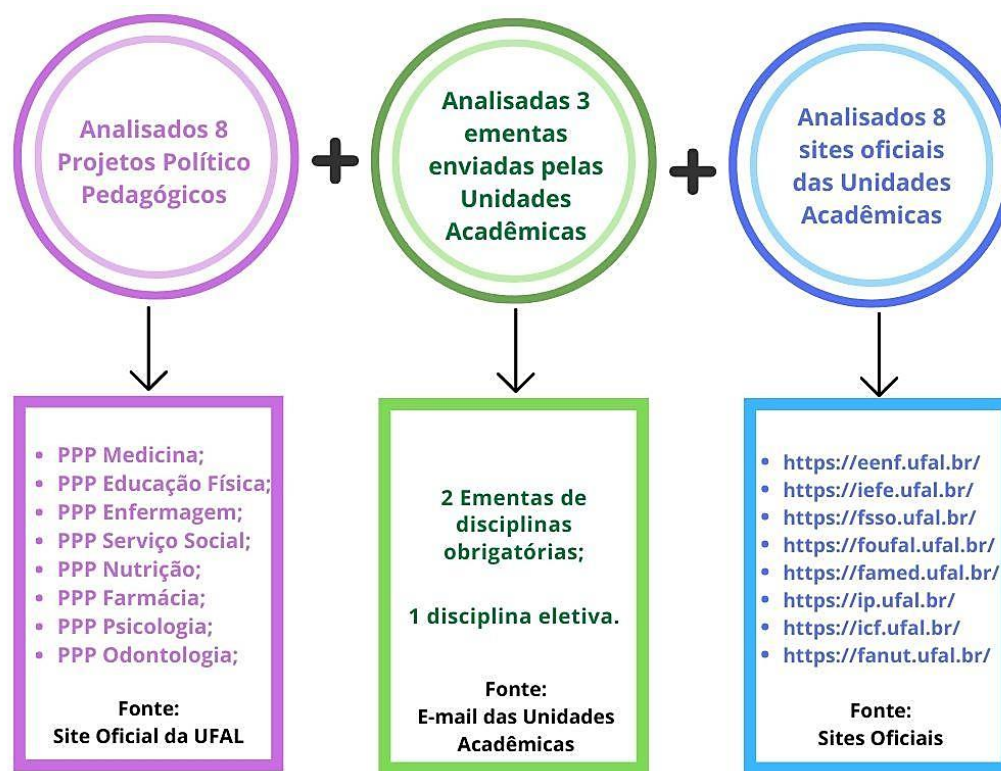
Foi realizada uma análise dos sites oficiais de todas as unidades acadêmicas incluídas nesse estudo, a fim de coletar informações mais atualizadas sobre os componentes curriculares do tipo grupos, linhas de pesquisa e projetos de extensão que atendessem ao objetivo da pesquisa.

- **Etapa 5:**

Quanto à caracterização dos documentos encontrados, foram oito PPP dos oito cursos que atuam na área da saúde e que estão vinculados ao Campus A.C. Simões da UFAL. Destacando que foram atribuídos números aleatórios para se referir aos PPP na apresentação dos dados, a fim de preservar a identificação dos cursos. Além disso, foram incorporados três documentos correspondentes as ementas de disciplinas, que foram enviados ao e-mail da pesquisadora após contato com todas as unidades acadêmicas dos cursos.

Somado a isso, também foram analisados todos os sites oficiais dos cursos de graduação inseridos na pesquisa, acerca de obter informações mais atualizadas sobre grupos, linhas de pesquisa e projetos de extensão que envolvessem a temática proposta. Dessa maneira, tem-se na Figura 4, o detalhamento do fluxograma da obtenção dos documentos analisados, dispostos em ordem aleatória.

Figura 4 - Fluxograma dos documentos e sites analisados na pesquisa, bem como, suas respectivas fontes. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

De posse do corpus documental completo, foi realizada a leitura flutuante de todos os documentos, utilizando-os em formato “PDF” e a tecla de atalho “CTRL + F” para identificar com mais facilidade quais deles continham os seguintes descritores: “Direitos Humanos”, “Educação em Direitos Humanos”, “Gênero”, “Identidade”, “Minorias sexuais”, “Minorias de gênero”, “Diversidade sexual”, “Diversidade de gênero”, “Diversidade sexual”, “Identidade de gênero”, “Orientação sexual”, “Pessoas LGBTIA+” ou “Pessoas LGBT”. “Bissexuais”, “Bissexual”, “Dissidentes Sexuais”, “Gay”, “Gays”, “HSH”, “Homens que fazem Sexo com Homens”, “Homens que têm Sexo com Homens”, “Homossexuais”, “Homossexuais Femininas”, “Homossexuais Masculinos”, “Homossexual”, “Homens trans”, “Homossexual Feminina”, “Mulheres trans”, “Homossexual Masculino”, “Lésbica”, “Lésbicas”, “Travestis”, “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e Outras Identidades”, “Mulher Lésbica”, “Mulheres Lésbicas”, “Mulheres que fazem Sexo com Mulheres”, “Mulheres que têm Sexo com Mulheres”, “Pessoa Lésbica”, “Pessoas GLBT”, “Pessoas GLBTQ”, “Pessoas LBG”, “Pessoas LGB”, “Pessoas LGBT”, “Pessoas LGBTQ”,

“Pessoas LGBTQIA+”, “Pessoas Lesbígays”, “Pessoas Lésbicas”, “Pessoas não Heterossexuais”, “Pessoas Não Binárias”, “Pessoas Trans”, “Transsexuais”, “Queer”, “Queers”, “Não Heterossexuais”.

Sendo válido destacar que a escolha desses termos foi estabelecida através de uma consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DECS) da Biblioteca Regional de Medicina da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), tendo sido buscado diferentes possibilidades de termos que abrangessem o presente objeto de estudo. Além dos DECS, foram adotados outros termos comuns que poderiam englobar a temática proposta.

Posteriormente, foi realizada a leitura na íntegra de todos os documentos selecionados, a fim de evitar a indução de qualquer viés para a pesquisa.

- **Etapa 6:**

Dessa maneira, a extração das informações ocorreu por meio de um instrumento de coleta de dados na forma de tabela (contendo: tipo de documento – com os PPP enumerados aleatoriamente para manter a confidencialidade da pesquisa –, localização/contexto, informações relacionadas aos direitos humanos e a saúde LGBTQIAPN+ retiradas do documento), como mostrado no modelo a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 - Modelo do instrumento de coleta de dados. Maceió, Alagoas, 2022.

TIPO DE DOCUMENTO	LOCALIZAÇÃO/ CONTEXTO	INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS DIREITO HUMANOS E A SAÚDE LGBTQIAPN+ RETIRADAS DO DOCUMENTO
PPP 1	-----	-----

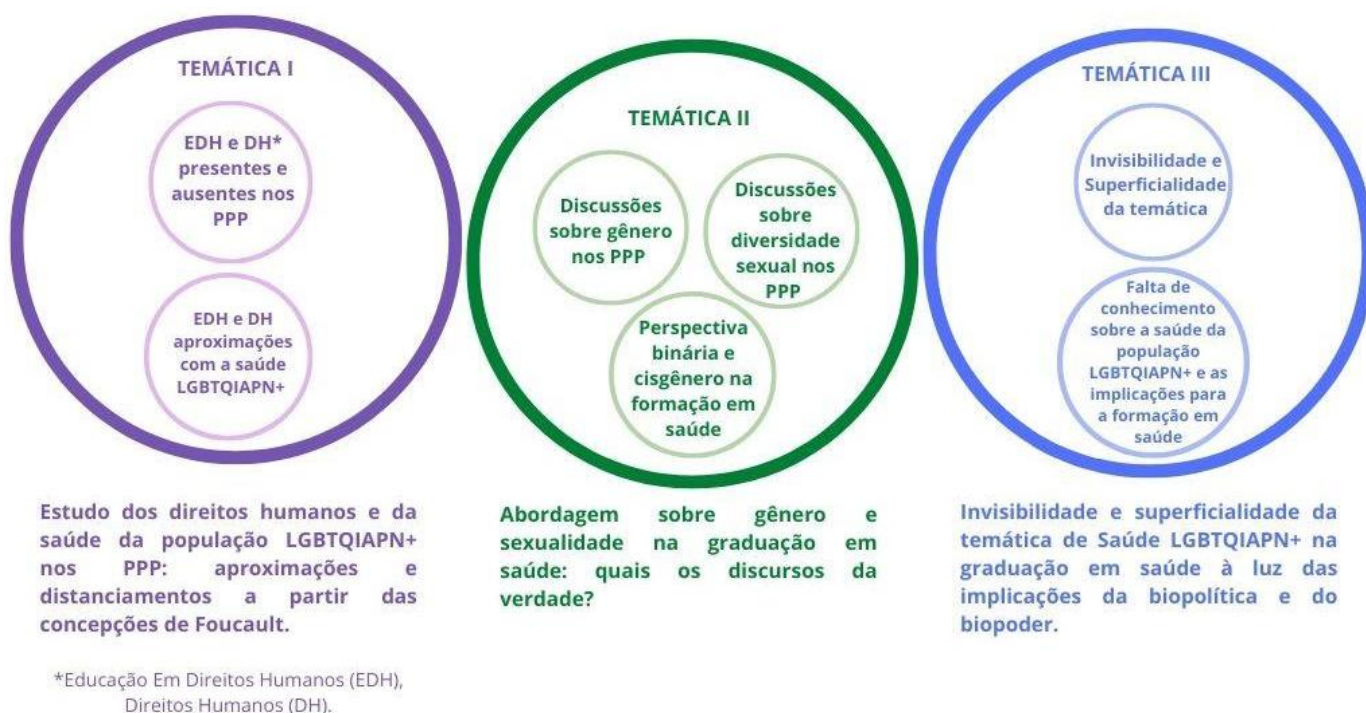
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.6 Análise dos dados

Nessa perspectiva, a análise dos dados foi realizada utilizando o método de análise temática proposto por Minayo (2014), que se constitui em: **I) pré-análise, II) exploração do material, III) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação**, sendo respectivamente:

- I) **Etapa de pré-análise:** foi executada a leitura flutuante e a leitura na íntegra dos documentos incluídos, relatadas anteriormente na etapa 5, referente ao tópico 2.5 Produções das informações.
- II) **Etapa de exploração do material:** correspondeu a categorização que consiste na redução do texto com palavras ou expressões significativas. Sendo realizada a partir do uso de marcadores coloridos para assuntos em comum encontrados no instrumento descrito na etapa 6, do tópico 2.5 Produções das informações. E, posteriormente foi elaborado um mapa mental (Figura 5) para organizar os núcleos dos sentidos encontrados, sendo as temáticas para análise visualizadas a partir dos conceitos de poder, biopoder, biopolítica e discurso da verdade, da obra “A história da Sexualidade: A vontade de saber” do filósofo Michel Foucault (1988), detalhados no tópico 2.3 Referencial teórico.

Figura 5 - Mapa mental apresentando núcleos do sentido e enumeração das temáticas para análise. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

- III) **Tratamento dos resultados obtidos e interpretação:** os resultados obtidos foram expostos descritivamente, divididos em categorias temáticas e analisados

através de uma interpretação crítico-reflexiva, a partir das contribuições da obra “A história da Sexualidade: A vontade de saber” do filósofo Michel Foucault (1988).

3.7 Aspectos éticos

Quanto aos aspectos éticos envolvendo esse estudo, ressalta-se a não necessidade de submissão ao comitê de ética, pois, segundo Silva, Paulino e Raimondi (2020), os PPP são documentos institucionais de domínio público. Ainda assim, foi realizado contato e autorização prévia dos cursos envolvidos, bem como, preservado o anonimato dos PPP e suas respectivas unidades acadêmicas na apresentação e discussão dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Estudo dos direitos humanos e da saúde da população LGBTQIAPN+ nos PPP: aproximações e distanciamentos a partir das concepções de Foucault.

O filósofo Michel Foucault (1988, p. 132) define o conceito de poder como uma junção de forças exercidas que se materializa nas relações de poder sendo sustentadas pelos discursos da verdade, a partir dos quais são gerados diversos mecanismos de controle na sociedade, como o biopoder e a biopolítica, descritos no referencial teórico deste trabalho.

Segundo os estudos de Both (2008), a obra “A história da Sexualidade I: A vontade de Saber” de Foucault, aponta a possibilidade de que haja uma dicotomia nos discursos da verdade sobre os direitos relacionados à vida, visto que, um discurso indica que o processo de criação dos direitos humanos contribuiu para acabar com o antigo regime e instaurar a democracia moderna, e como consequência disso foi reconfigurado o exercício do poder para atender as pautas da burguesia e do sistema capitalista, ou seja, a ideia inicial de criação dos direitos humanos fortaleceu a construção da biopolítica.

Como também, há outro discurso de direitos humanos, aquele que produz resistência à biopolítica e ao biopoder moderno. Esse por sua vez, emergiu através da reivindicação do uso desse poder para justificar a morte de determinados grupos sociais que “ameaçam” a vida, ou seja, o Estado matando em nome da própria vida e com isso, violando direitos humanos, como

observado nos genocídios e atrocidades vivenciadas na Segunda Guerra Mundial no século XX (BOTH, 2008).

Nesse sentido, a construção da Declaração Universal dos Direitos Humanos se constituiu um dos grandes marcos dessa resistência à biopolítica, tendo em vista que esse documento estabeleceu uma referência no movimento internacional contra as guerras, além de ter trazido questões jurídicas que previam a liberdade e a igualdade na dignidade de direitos independente de qualquer distinção (BOTH, 2008; ONU, 1948).

Apesar desse avanço, ainda existe na contemporaneidade a necessidade de continuar construindo meios para que o discurso dos direitos humanos resista a lógica seletiva da biopolítica. Nesse sentido, o estudo de Rebouças (2015) traz contribuições, quando a partir das análises de Foucault propõe repensar as concepções de sujeito a partir do qual os direitos humanos foram estruturados, ou seja, na concepção moderna, liberal e eurocêntrica.

Com base nisso, sugere-se que a discussão dessa temática deva incorporar a dimensão da subjetividade e da pluralidade dos sujeitos, incluindo os grupos de indivíduos que possuem direitos humanos violados por não atenderem a um padrão social exigido pelo sistema, como a população LGBTQIAPN+, que ganhou visibilidade global considerável nesse âmbito com a publicação dos Princípios de Yogyakarta em 2006, documento que versa sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e a identidade de gênero (YOGYAKARTA, 2006).

Numa perspectiva nacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos se tornou uma referência para a construção da Constituição Federal Brasileira (1988) e para a criação do SUS, que assegura na lei o direito à saúde universal, integral e equitativa (BRASIL, 1990), considerando os determinantes sociais em saúde, incluindo orientação sexual e a identidade de gênero, presentes na Política Nacional de Saúde de LGBT (BRASIL, 2013).

Sendo destacado que a educação é um instrumento primordial no movimento de inclusão da temática de direitos humanos e população LGBTQIAPN+. Pois, a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos menciona o ensino como meio para a promoção desses direitos, quando afirma

(...) como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional (...) (ONU, 1948. p. 1).

Com base nisso, tem-se no contexto da educação brasileira um movimento de aproximação das discussões dos direitos humanos com os assuntos ligados à diversidade sexual e de gênero, a partir da construção de marcos legais que perpassam a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2003, como também, no mesmo ano a elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), e principalmente a publicação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, no ano de 2012 (BRASIL, 2012).

E, no âmbito da educação superior em saúde, perpassa as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos da Área da Saúde, homologadas em 2017, que trazem a educação em direitos humanos como um componente transversal nos PPP e PPC, alegando também, que a formação em saúde deve visar a proteção aos direitos humanos sem preconceitos e discriminação de quaisquer naturezas (BRASIL, 2017).

Dessa maneira, a fim de refletir qual a perspectiva de discurso da verdade se pauta os direitos humanos relacionados à saúde da população LGBTQIAPN+, nos PPP dos cursos que atuam na área da saúde vinculados a UFAL campus A.C. Simões, a presente pesquisa, seguindo a metodologia proposta, buscou nos documentos analisados os termos “Direitos Humanos (DH)” e “Educação em Direitos Humanos (EDH)”.

A partir disso, foram observadas aproximações dessas temáticas com abordagens distintas em alguns dos documentos avaliados (PPC 5, PPC 6, PPC 7, PPP 8), embora em outros tenha sido observado distanciamento e ausência desses assuntos (PPP1, PPC 2, PPC 3, PPC 4) conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Abordagem da temática “Direitos Humanos (DH)” e “Educação em Direitos Humanos (EDH)” nos PPP dos cursos de graduação que atuam na área da saúde, vinculados à UFAL campus A.C. Simões. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.

PPP / PPC	ANO DE PUBLICAÇÃO	ABORDAGEM ACERCA DOS DIREITOS HUMANOS (DH)	ABORDAGEM ACERCA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (EDH)
PPP 1	1º e única versão publicada: 2007	PRESENTE	AUSENTE
PPC 2	1º e única versão publicada: 2007	AUSENTE	AUSENTE
PPC 3	1º e única versão publicada: 2007	AUSENTE	AUSENTE

PPC 4	1º e única versão publicada: 2010	AUSENTE	AUSENTE
PPC 5	1º versão publicada: 2006 2º versão publicada: 2013 (analisada)	PRESENTE	PRESENTE
PPC 6	1º versão publicada: 1998 2º versão publicada: 2006 3º versão publicada: 2013 (analisada)	PRESENTE	PRESENTE
PPC 7	1º versão publicada: 2006 2º versão publicada: 2015 3º versão publicada: 2019 (analisada)	PRESENTE	PRESENTE
PPP 8	1º versão publicada: 2006 2º versão publicada: 2019 (analisada)	PRESENTE	PRESENTE

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Desse modo, foi observado que o PPC 5, PPC 6, PPC 7 e PPP 8 mencionam que a inclusão da EDH nos componentes curriculares corresponde a uma exigência do MEC por meio da Resolução CNE/CP nº 01/2012, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, na qual consta a necessidade da inserção dessas questões na construção dos PPP e PPC pelas instituições de ensino superior (BRASIL, 2012).

Além disso, essa diretriz revela que um de seus princípios se constitui o reconhecimento e a valorização das diferenças e da diversidade, por meio da inclusão de discussões sobre os direitos humanos na concepção de atender as necessidades biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e contextos, através de sua inserção transversal e interdisciplinar (BRASIL, 2012), como pode ser observado nos trechos retirados do PPC 6 e do PPP 8, respectivamente:

(...) A Educação em Direitos Humanos na UFAL adequa-se à Resolução CNE/CP nº 01/2012, que no seu Art. 3º considera que a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo a promoção da educação para a mudança e a transformação social, fundamentando-se nos seguintes princípios: "I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental (PPC 6, 2013, p. 19).

A Educação em Direitos Humanos (EDH) na UFAL atende à Resolução CNE/CP nº 01/2012 e está institucionalizada pela Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública (AEDHESP). [...] Sua inserção no PPC do curso ocorre pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos (DH), a exemplo da diversidade, e tratados interdisciplinarmente através da interação com profissionais de diferentes áreas do conhecimento (...) (PPP 8, 2019, p. 45).

No entanto, o PPP 1 (2007), PPC 2 (2007), PPC 3 (2007) e PPC 4 (2010), não mencionam a EDH, sendo possível que tal fato esteja associado à publicação desses documentos terem sido realizadas anteriormente ao ano de publicação da Resolução CNE/CP nº 01/2012, que institui a sua incorporação compulsória. Logo, demonstrando a carência em atualização e reformulação dos PPP para inserção desses temas. No entanto, não excluindo a possibilidade de existência de um currículo oculto⁷ que discuta essas questões.

Apesar disso, o PPP 1 traz como uma de suas referências bibliográficas a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em uma disciplina obrigatória de saúde coletiva, porém, não havia menção desse conteúdo em sua ementa, ou seja, caracterizando uma abordagem rasa, mas existente, em que não se pode fazer conclusões efetivas devido às informações encontradas terem sido limitadas.

Além do mais, foi percebido que assuntos referentes aos DH estão presentes nas ementas de disciplinas obrigatórias voltadas para a área da saúde coletiva (PPC 6 e PPP 8) e da ética/bioética (PPC 5 e PPC 7), porém, sem aprofundamentos nas discussões sobre a saúde LGBTQIAPN+ ou diversidade sexual e de gênero. Assemelhando-se aos achados da pesquisa documental de Matta et al (2020), que analisou a presença desses assuntos nas ementas das disciplinas curriculares do curso de Enfermagem de uma Universidade pública no estado do Rio de Janeiro, e constatou o aparecimento de abordagem superficial do tema nas disciplinas de ética/bioética.

Quanto às disciplinas eletivas, houve registro de uma disciplina específica sobre esse assunto no PPP 8, com descrição dessa pauta de forma ampliada na ementa e conteúdo - incluindo relação com o tema de diversidade -, como pode ser visto nos seguintes recortes:

Ementa: A Educação em Direitos Humanos. Limites e possibilidades da EDH na malha curricular (PPP) dos diferentes níveis e modalidades de ensino pela promoção do respeito à diversidade. Condicionamentos na adoção de estratégias de superação da violência, preconceito e discriminação. (PPP 8, 2019, p. 144).

Conteúdo: O PNEDH e Diretrizes Nacionais de EDH no mundo contemporâneo. Educação formal; não formal; educação superior; educação no âmbito da justiça e segurança pública; educação e mídia. Estudo da Resolução nº1/2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos, enquanto um dos eixos fundamentais do direito à educação. Direitos Humanos. Origem e conceito dos Direitos Humanos. Direitos Humanos, EDH e Diversidade. Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros documentos. Os Direitos Humanos como conquista e não como favor. A legislação dos Direitos Humanos no Brasil. O Programa Nacional de Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos no Brasil.

⁷ Segundo Silva (1999, p. 78-79) o currículo oculto é definido como um conjunto de aspectos relacionados a atitudes, valores, comportamentos e orientações, que derivam do cotidiano das relações interpessoais no espaço acadêmico. Que possuem uma interferência significativa no processo de aprendizagem, no entanto, não se encontrando dispostos explicitamente no currículo formal, e por isso possui essa denominação.

Os Direitos Humanos no Brasil e em Alagoas. A história das lutas sociais no Brasil e em Alagoas. (PPP 8, 2019, p. 144).

Como observado, a existência de uma disciplina eletiva sobre EDH com aproximações ligadas à diversidade, traz contribuições ampliadas e significativas, considerando a possibilidade de aprofundamento do assunto no processo de aprendizagem dos discentes, e construção de novos discursos de verdade sobre os DH. No entanto, a sua existência não anula o que a própria Diretriz Curricular Nacional de EDH reforça em seu artigo 7º, de que o conteúdo sobre DH e EDH deve estar incluído no currículo das disciplinas obrigatórias já existentes a fim de facilitar a sua implantação na formação acadêmica (BRASIL, 2012).

Com base nisso, sabendo que a universidade pública é constituída de três pilares indissociáveis, sendo: ensino, pesquisa e extensão, tem-se a exigência, por meio do Plano Nacional de Extensão Universitária, da inclusão da EDH nas atividades curriculares de extensão. Que devem acontecer através de diversos eixos para nortear ações específicas, sendo um deles o “eixo de direitos humanos”, o que ratifica a prioridade de práticas que intervenham nas necessidades sociais da população (MEC, 2012),

Assim como pode ser visto a seguir nos trechos dos PPP incluídos nesse estudo, salientando que inclusive em dois deles (PPC 6 e PPP 8), é explicitado o contexto da EDH relacionada a temática de gênero e diversidade:

“Assim, a Educação em Direitos Humanos na UFAL (...), tem sua inserção no PPC do curso pela transversalidade em todos módulos, bem como em ações de extensão e pesquisa” (PPC 5, 2010, p. 211).

Ademais, no âmbito da pesquisa e extensão a Educação em Direitos Humanos se faz presente através de projetos que abordam as relações de gênero, violência de gênero, diversidade sexual, preconceitos e racismo na interface com os movimentos sociais e as políticas públicas (PPC 6, 2013, p. 20).

“A UFAL atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Produção e Trabalho, Saúde e Tecnologia” (PPC 7, 2019, p. 23)

(...) A incorporação de conteúdos relativos à educação em direitos humanos...nas ações curriculares de extensão no âmbito do presente programa destinar-se-ão no envolvimento ativo de diferentes grupos sociais...estarão atentos aos temas de grande relevância social, tais como: violência; educação; saúde; cultura; trabalho; direitos humanos e justiça; relações étnico-raciais; conflitos territoriais e ambientais; gênero e diversidade; família e grupos sociais vulneráveis; dentre outros. (PPP 8, 2019, p. 187).

Por conseguinte, a curricularização da extensão universitária, estabelecida nacionalmente pelo MEC através da Resolução nº 7/2018, e em âmbito local, pela Resolução

nº 04/2018 da UFAL, preconiza a integração das atividades de extensão, como parte da carga horária obrigatória dos cursos de graduação (MEC, 2018; UFAL, 2018), sendo mencionada, apenas pelo PPP 8:

(...) Outro fator relevante na revisão do PPP foi a necessidade de atualização e adequação da matriz curricular às exigências do Ministério da Educação quanto à curricularização da extensão, a incorporação de conteúdos relativos à educação em direitos humanos, às relações étnico-raciais e à educação ambiental, todas por força de determinação legal (...) (PPP 8, 2019, p. 187).

O que se caracteriza um avanço, pois, se constitui uma oportunidade de ampliar a temática de DH, proporcionando aos discentes o contato com as demandas sociais, incluindo as de atenção à saúde da população LGBTQIAPN+ (REIS et al., 2022). Podendo as unidades acadêmicas vinculadas a UFAL realizarem parcerias com espaços potentes de referência existentes no estado de Alagoas, mencionados na revisão de literatura do presente trabalho, como o ambulatório trans do HUPAA, o ambulatório LGBT do hospital da mulher e o CAERR, objetivando proporcionar vivências práticas de resistência à biopolítica no contexto da saúde.

Apesar dos PPP citarem que a EDH está presente no contexto da pesquisa, não houve nenhum detalhamento a respeito, exceto no PPP 8, que ao discorrer sobre as linhas de pesquisas referentes ao seu curso, cita a existência de um grupo de estudo denominado “Gênero, Diversidade e Direitos Humanos”. O que corrobora com os estudos de Albuquerque (2015), que realizou um diagnóstico da produção bibliográfica sobre a educação médica e os direitos humanos no Brasil, e constatou uma escassa elaboração de pesquisas que dialogam entre saúde e DH, afirmando que existe pouco interesse dos profissionais da saúde em realizar produções científicas sobre o assunto.

Embora existam avanços consideráveis ao longo dos anos a respeito dos marcos legais quanto à inclusão da temática dos DH e da EDH nos PPP, nota-se que há uma aproximação superficial com as questões relacionadas à diversidade, que nessa pesquisa foram evidentes exclusivamente nos PPC 6 e PPP 8.

Além disso, nenhum documento analisado mencionou explicitamente a relação do estudo dos DH com a saúde da população LGBTQIAPN+, sugerindo que é pertinente a construção de novas legislações educacionais que façam essa relação de aproximação e a institua como uma obrigatoriedade na construção dos PPP. Pois, essa ausência de abordagem gera uma lacuna na formação acadêmica em saúde, uma vez que o estudo desses conteúdos pelos discentes é imprescindível para formar profissionais promotores e protetores dos DH e

que possuem conhecimento e vivência prática para assistir os indivíduos mais vulneráveis à violação de direitos (ALBUQUERQUE, 2015).

Desse modo, evidenciando a relevância da incorporação dessas proposições nos currículos dos cursos que atuam na área da saúde, sob uma perspectiva dos itinerários de Foucault, ou seja, problematizando: qual o discurso da verdade? De que sujeito se fala? Que sujeito se deseja construir quando se trata de assegurar os direitos humanos? (REBOUÇAS, 2015).

Compreendendo essa problemática, faz-se necessária a inclusão dessa temática nos componentes curriculares, para além de deter-se a estudos de documentos jurídicos oficiais, mas abordando os DH agregando a pluralidade das existências humanas, englobando a população LGBTQIAPN+. Partindo da compreensão de que os discentes em saúde são aliados nas ações transformadoras e emancipatórias que permeiam as opressões vinculadas ao biopoder moderno, podendo somar forças na efetivação de uma educação universitária resolutiva às demandas sociais (REBOUÇAS, 2015).

4.2 Abordagem sobre gênero e sexualidade na graduação em saúde: quais os discursos da verdade?

Os estudos de Foucault em sua obra a “História da Sexualidade I: A vontade de saber” (1988) mencionam a existência de discursos da verdade sobre o sexo, ou seja, de que os indivíduos produzem a partir das relações de poder verdades em comum, que nesse quesito, dizem a respeito de uma sexualidade legítima, sendo essa, aquela restrita ao padrão do casamento, da família, da reprodução e que atende ao modelo capitalista, estando deslegitimadas e excluídas a existência de outras sexualidades fora desse padrão dominante (FOUCAULT, 1988).

Além disso, em se tratando dos discursos da verdade sobre gênero, não há menção desse conceito em sua obra, no entanto, faz apontamentos que contribuem com o movimento feminista, quando afirma a existência de relações de poder entre a figura do homem e da mulher, estando ela privada do poder sobre a sua própria sexualidade, além de haver um papel social sobre o seu corpo (FOUCAULT, 1988).

Dessa maneira, o conceito de gênero possui uma genealogia que perpassa a metáfora do termo “ondas feministas”, que se refere ao processo histórico social das diferentes agendas do movimento feminista ao longo dos anos. Na “primeira onda”, em meados do século XIX, esse

conceito era inexistente e havia protagonismo de mulheres brancas burguesas que reivindicavam a igualdade nos direitos civis, principalmente ao sufrágio universal (pleno direito ao voto) e a participação na esfera da vida pública (RIBEIRO, NOGUEIRA, MAGALHÃES, 2021).

A partir disso, essa luta ganhou visibilidade, e na “segunda onda” datada de 1960 a 1980, é colocado em pauta o que significa ser mulher, entendendo que não se nasce mulher, mas torna-se, a partir de uma construção social de papéis impostos de acordo com sexo (BEAUVIOR, 1970). Existindo em comum a essas mulheres um sistema sociopolítico denominado patriarcado, que favorece o poder da figura masculina e regula os mecanismos de opressão. Além disso, nessa fase, haviam protestos também relacionados aos direitos reprodutivos no âmbito da saúde (SILVA, CARMO, RAMOS, 2021).

Apesar da “segunda onda” trazer uma noção sobre o conceito de gênero, este só foi consolidado na “terceira onda”, a partir dos anos 90, período marcado pela aproximação emergente do movimento feminista, com as pautas do movimento negro e do movimento LGBT, dialogando com o conceito de interseccionalidade de Kimberlé Creenshaw (1989), que afirmava que as mulheres eram alvo de vários tipos diferentes de opressão, que atravessavam também aspectos como raça, classe, sexualidade e outros (SILVA, CARMO, RAMOS, 2021).

Além do mais, outro marco relevante foi a obra “Problemas de gênero” da filósofa Judith Butler (1990), que apoiando-se no entendimento das relações de poder e dos discursos da verdade do filósofo Michel Foucault, sugere refletir que o conceito de gênero não deve se restringir a um determinismo biológico ou cultural, mas deve abranger uma identidade performativamente constituída. Dessa maneira, a filósofa propõe pensar gênero para além da binariedade (homem e mulher), ou seja, deve-se compreender que podem existir outros gêneros para além dessa lógica (BUTLER, 2003; FIRMINO, PORCHAT, 2017).

Assim como, aponta que a naturalização de uma coerência entre o sexo biológico, o gênero e o desejo afetivo/sexual devem ser repensados, por exemplo, de que obrigatoriamente um indivíduo do sexo biológico masculino, deve se identificar no gênero masculino e ser heterossexual. Desse modo, a autora defende um olhar ampliado para o conceito de gênero e problematiza as existências LGBTQIAPN+ serem vistas pelo sistema de poder como corpos “incoerentes” (BUTLER, 2003; FIRMINO, PORCHAT, 2017).

Compreendendo esses aspectos relacionados ao conceito de gênero, foi observado que no contexto da formação em saúde, a Resolução nº 569 de 2017, correspondente as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde, cita que os PPP e PPC

devem considerar aspectos que representem a diversidade da população brasileira, com base nisso, propõe que seja posta a integralidade e a interdisciplinaridade ao articular as dimensões biológicas, psicológicas, étnico-raciais, de gênero, de identidade de gênero, de orientação sexual e demais aspectos dos indivíduos (BRASIL, 2017).

Dessa maneira, dos documentos analisados, a abordagem da temática das relações de gênero com a saúde estão presentes de forma abrangente nas ementas de disciplinas obrigatórias da área de saúde coletiva dos PPC 2 e PPC 4, conforme visto nos seguintes trechos

Ementa: (...) Concepções sócio-históricas sobre saúde. Formação sócio-política e econômica de sociedades. Estudo e políticas sociais. Organização dos serviços de saúde em diferentes organizações sociais... Cultura ocidental e o cuidado com a vida. As relações de gênero e a saúde (...) (PPC 2, p. 16, 2007).

Ementa: (...) Concepções sócio-históricas sobre saúde. Formação sócio-política e econômica de sociedades. Estado e políticas sociais. Organização dos serviços de saúde em diferentes organizações sociais. Movimentos sociais e práticas de saúde. Cultura e saúde. Cultura ocidental e o cuidado com a vida. As relações de gênero e a saúde. Saúde mental... Objetivos: Contextualizar a relação entre saúde e sociedade; - Reconhecer as especificidades sócio-históricas e culturais que fundamentam as concepções de gênero, saúde e sociedade (...) (PPC 4, p. 16, 2010).

Quando comparadas essas duas ementas relatadas anteriormente, com a ementa também de uma disciplina obrigatória da área de saúde coletiva, no entanto, relacionada ao PPC 3, foi percebido que há uma relação dos estudos de gênero com o conteúdo voltado para a reprodução, conforme o seguinte fragmento

Ementa: Possibilita a ampliação compreensiva das relações entre saúde e sociedade tendo como núcleo o conceito de ser humano em três perspectivas de ser humano: Marxista (Marx), a freudiana (Freud) e a dádiva ou dom (Mauss). Propõe-se uma plêiade de pensadores clássicos e contemporâneos que procuraram revelar a multidimensionalidade do ser humano, ressaltando os aspectos sociais, culturais e biológicos...conteúdo programático: (...) Gênero e Reprodução (...) (Documento vinculado ao curso do PPC 3, 2007).

Considerando essa menção rasa da relação entre gênero e reprodução, não se pode inferir qual a perspectiva de discurso que o PPC 3 realmente aborda na prática, visto que dentro desse tema pode existir um estudo voltado exclusivamente para o gênero feminino associando o corpo da mulher cisgênero heterossexual enquanto detentor do papel social de reprodução humana (ANGONESE, LAGO, 2017).

Desse modo, se detendo as informações de que os discentes da área da saúde devem adquirir conhecimentos sobre a assistência ginecológica e obstétrica do ciclo gravídico-

puerperal considerado “padrão”, bem como das implicações da maternidade na saúde dessa mulher em diferentes contextos sociais (ANGONESE, LAGO, 2017).

Como também, existe a possibilidade de que essa disciplina desenvolva um estudo ampliado, ou seja, de que a população LGBTQIAPN+ também possa estar inserida nessa relação de gênero e reprodução, considerando seus direitos sexuais e reprodutivos garantidos no âmbito do SUS através da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (BRASIL, 2013).

Temáticas como essas sendo elencadas na formação em saúde produzem novos discursos de verdades. Pois, prepara trabalhadores com compressão e habilidades para assistir pessoas de diferentes identidades de gênero e orientação sexual em suas demandas ligadas à saúde sexual e reprodutiva, contribuindo para combater o que Angonese e Lago (2017) denominam de esterilidade simbólica produzida pela cisnormatividade reprodutiva, e com isso, auxilia esses indivíduos no acesso a garantia de direitos legalizados.

Nessa perspectiva, deve-se ter uma cautela com os estudos da área da saúde que contemplam apenas o corpo cisgênero enquanto “padrão de normalidade”, pois através desse discurso pode ser difundida a ideia de normalidade estar associada ao que é “saudável” e existências caracterizadas como “fora desse padrão”, estando vinculadas ao “patológico”, como ocorre principalmente em relação aos corpos transgêneros (BAGAGLI, 2016).

Questões essas, que já eram criticadas por Foucault em sua obra, na qual denunciava a visão de doença que a medicina psiquiátrica tinha sobre os corpos intersexo e sobre a homossexualidade, em que eram alvo de terapias e intervenções médicas, que causavam repressão e exclusão desses indivíduos da sociedade (FOUCAULT, 1988).

Nesse sentido, com o protagonismo e reivindicações dos movimentos sociais ao longo dos anos, a OMS publicou diversas portarias que contribuíram para a despatologização da orientação sexual e da identidade de gênero. Avanços esses que podem ser observados no PPC 6, na descrição de em uma disciplina eletiva específica sobre saúde mental da população LGBTQIAPN+:

Bibliografia Complementar de uma disciplina eletiva relacionada à saúde mental da população LGBT+: GARCIA, Marcos Roberto Vieira; MATTOS, Amana Rocha. “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 39, n. spe3, e228550, 2019.” (Documento vinculado ao curso do PPC 6).

Se constituindo uma referência significativa para romper com o modelo biomédico e promover uma visão de saúde integral, contribuindo para a formulação de novos discursos de verdades no conhecimento acadêmico, a fim de preparar profissionais que não reproduzam uma

assistência para a população LGBTQIAPN+ limitada a aspectos relacionados ao patológico, mas sim, voltada para a promoção da saúde (BAGAGLI, 2016).

Ademais, quanto a presença das discussões sobre gênero e poder em disciplinas eletivas, foi vista em apenas um dos documentos analisados, o PPP 8, no qual observa-se uma aproximação das ementas e referências bibliográficas com os pensamentos de Foucault (1988) e de Butler (1990), como ponderado a posteriori

Ementa de uma disciplina eletiva relacionada às Relações Patriarcais de Gênero: “Gênero, patriarcado e poder. Principais abordagens teóricas sobre a categoria gênero, patriarcado e modo de produção doméstica. Gênero, questão social (...)”. (PPP 8, p. 150, 2019).

“Bibliografia básica: CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. Feminismo e diversidade sexual. São Paulo: Cortez, 2018. Bibliografia complementar: TOLEDO, C. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. Cadernos Marxistas. São Paulo: Xamã” (PPP 8, p. 150, 2019).

Assim como, na ementa, conteúdos e referências básicas, de outra disciplina eletiva que tratava especificamente de gênero, diversidade, poder e família, associada também ao PPP 8:

Ementa: A construção social da feminilidade e da masculinidade. Família, relações de gênero e práticas de poder no processo histórico das configurações societárias, no ocidente. Diversidade sexual, cultural e religiosa. A configuração da família nas políticas sociais. (PPP 8, p. 155, 2019).

Conteúdo: Gênero como categoria útil de análise e como ferramenta para o conhecimento e intervenção do mundo social. A transversalidade de gênero e poder nas diversas esferas da vida social: família, escola, mercado de trabalho e política. Panorama sócio histórico e conceitos básicos sobre diversidade cultural e étnico racial no mundo ocidental. Os novos contextos de cidadania sexual e afetiva, Estado laico, famílias. Sexualidade em perspectiva histórica e diversidade sexual. (PPP 8, p. 155, 2019).

Bibliografia básica: “BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (PPP 8, p. 155, 2019).

É perceptível que o enfoque discutido nessas disciplinas dialoga com o que Foucault chama de micro espaços de poder - como por exemplo a família - no qual a partir das relações entre os indivíduos são produzidas e impostas verdades, que podem estar associadas a reprodução de opressões relacionadas às questões de gênero e diversidade sexual (FOUCAULT, 1988).

No entanto, foi notado que uma abordagem similar ainda é limitada nos demais PPP analisados, o que se considerada problemático, pois segundo as DCN dos cursos de graduação da área da saúde, nos PPP devem conter informações de que os profissionais precisam ter

habilidades para assistir em saúde não somente os indivíduos em suas particularidades, mas também, devem abranger o cuidado em família (BRASIL, 2017).

Com base nisso, é compreendida a necessidade de que esses discentes, que serão futuros profissionais, possuam o entendimento de que as instituições familiares produzem relações de poder e muitas vezes em nome de um discurso de verdade, viola direitos humanos e gera adoecimento, principalmente mental, nas pessoas LGBTQIAPN+ inseridas nessas famílias. Desse modo, requerendo do profissional uma visão abrangente, crítica e peculiar, para melhor acolhimento e assistência (BERNARDO, NOGUEIRA, 2020).

Tratando especificamente sobre as perspectivas de diversidade sexual nos documentos investigados, seu aparecimento se deu apenas em um contexto abrangente, sem mencionar explicitamente a população LGBTQIAPN+, mas, dando sinais de que pode estar correlacionado no currículo oculto. Como se observa no trecho a seguir do ementário de uma disciplina obrigatória sobre saúde do adolescente, vinculado ao PPC 6:

Ementa: “(...) A adolescência e questões da contemporaneidade: sexualidade, drogadição, identidade, grupos, tendências e riscos (...)” (PPC 6, 2013, p. 57)

Corroborando com os estudos de Raimondi et al (2020), que ao fazer uma análise dos PPC sobre Gênero e Sexualidade nas Escolas Médicas Federais do Brasil, observou uma associação de assuntos ligados a sexualidade com a saúde do adolescente, justificando ser uma fase do ciclo da vida em que a puberdade demanda de uma série de descobertas sobre o corpo, a orientação sexual e a identidade de gênero, exigindo dos trabalhadores da área da saúde uma postura acolhedora diante dessas demandas.

Assim como o PPC 6 aborda de maneira abrangente a sexualidade em grupo de faixa-etária específica, o PPP 8 também o faz, porém tratando-se da saúde da pessoa idosa, em uma disciplina eletiva sobre gerontologia social, e menciona em sua ementa e conteúdo, respectivamente:

Ementa: “(...) envelhecimento e da velhice. Velhice e Sociedade: relações de poder e de gênero e impactos do envelhecimento no mundo e no Brasil” (PPP 8, 2019, p. 145).

Conteúdo: (...) envelhecimento no Brasil e no mundo. Implicações nas relações de poder e o aprofundamento das desigualdades de gênero na velhice. Impactos sociais e econômicos do envelhecimento: relações familiares, acessibilidade, mercado de trabalho, sexualidade, qualidade de vida, fonte de renda e aposentadoria. (PPP 8, 2019, p. 145).

Sendo este um assunto relevante para ser discutido na formação em saúde, principalmente, por existir um imaginário social errôneo de que questões relacionadas à sexualidade são interrompidas no processo de envelhecer. Além disso, devido ao fato de serem ainda mais invisibilizadas quando se refere à pessoa idosa LGBTQIAPN+, por isso Henning (2017), sugere em seu trabalho a necessidade de um estudo voltado para a “gerontologia LGBT” que englobe uma correlação entre envelhecimento, sexualidade, identidades de gênero e a criação de políticas públicas para proporcionar uma melhor qualidade de vida a essa população.

Dito isso sobre os aspectos relacionados ao ensino, há também a presença das temáticas de gênero e diversidade sexual incluídas no contexto universitário da pesquisa e da extensão. Havendo menção da existência de laboratórios e grupos de pesquisa nos PPC 7, PPP 8, respectivamente:

“(...) Laboratório de pesquisa História do Corpo, as Relações de Gênero” (Documento vinculado ao curso do PPC 7, 2022).

“(...) Núcleo de Estudo em Educação e Diversidade (...)” (PPC 7, 2019, p. 22).

“(...) Grupo de Estudo Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (...)” (PPC 8, 2019, p. 54).

“(...) Grupo de Estudos de Gênero, Feminismo (...)” (PPC 8, 2019, p. 55-69).

O que ratifica os estudos de Pereira e Monteiro (2015) que apontam um crescente interesse de pesquisas relacionadas à temática de gênero. No entanto, os trabalhos de Bezerra et al (2019) ainda indicam uma quantidade pouco expressiva de pesquisas acadêmicas que incluem aspectos ligados à saúde da população LGBTQIAPN+.

Suscitando reflexões sobre o incentivo à produção de novos estudos que devem haver também na graduação, com a inclusão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), por exemplo, a fim de fomentar a participação dos discentes na formulação de novas pesquisas sobre essas pautas, que se relacionem com a interseccionalidade, como observado no PPP 8:

(...) as linhas de pesquisa definidas... com vistas a abordar temas de relevância social que possam contribuir com a pesquisa e promover o debate tanto acadêmico quanto profissional. Sendo uma delas: Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades (...) (PPP 8, 2019, p. 4)

Desse modo, fomentando conhecimento aos acadêmicos sobre a reflexão de que o mesmo sistema de poder e opressão que existe em relação ao gênero e a diversidade sexual, também pode sobrepor às opressões de classe, raça/etnia, geração e outros. Contribuindo, para ampliar a visão dos discentes durante a assistência em saúde e para auxiliar no desenvolvimento

da habilidade de visualizar essas questões e propor intervenções que dialoguem com esses marcadores sociais (ALMEIDA, FRANÇA, MELO, 2021). Assim como, observa-se nas atividades de extensão relatadas no PPC 6:

Ademais, no âmbito da pesquisa e extensão a Educação em Direitos Humanos se faz presente através de projetos que abordam as relações de gênero, violência de gênero, diversidade sexual, preconceitos e racismo na interface com os movimentos sociais e as políticas públicas. (PPC 6, p. 19-20).

Considerando também o espaço da extensão universitária como potente para fomentar esse debate, pois existem experiências exitosas, como as relatadas no trabalho de Nascimento (2018), em que foi realizado um projeto de extensão, na Universidade Estadual de Montes Claros, que propunha a execução de oficinas sobre os conceitos básicos de gênero e sexualidade, através do estudo de uma cartilha com um grupo de estudantes universitários, em que foi obtido como resultados a difusão de conhecimentos e combate aos discursos errôneos e preconceituosos, desse modo, demonstrando a viabilidade na execução de projetos como esses também na Universidade local.

Portanto, essa análise evidencia que a abordagem sobre gênero e diversidade sexual foi inexistente no PPP 1 e no PPC 5, estando presente nos demais documentos, porém, de forma mais aprofundada nos PPC 6 e PPP 8. Sendo percebido que nesses há aproximações pontuais com o estudo em uma perspectiva de superação da binariedade e cisheteronormatividade na saúde.

No entanto, ainda não é predominante, pois, existem poucas disciplinas e projetos de extensão que realmente aprofundam esses conteúdos, sendo estes achados semelhantes ao de Lima et al (2019) quando fez um estudo documental sobre Gênero e sexualidade na formação de enfermeiros no ensino superior público brasileiro.

Esclarecendo a necessidade dos PPP dos cursos que atuam na área da saúde passarem por uma atualização e incluam de forma padronizada e efetiva esse debate, visto que, um ensino superficial reverbera em impactos negativos durante os atendimentos em saúde, pois cria um “discurso de verdade” que por vezes acaba perpetuando relações de discriminação e exclusão, e assim afastando pessoas LGBTQIAPN+ dos serviços de saúde (LIMA., et al 2019).

4.3 Invisibilidade e superficialidade da temática de Saúde LGBTQIAPN+ na graduação em saúde à luz das implicações da biopolítica e do biopoder.

A partir das discussões desencadeadas nas categorias temáticas expostas anteriormente, é possível repensar à luz de Foucault, acerca da lógica seletiva e ingênua que diz respeito ao biopoder atuando sobre os corpos e reproduzindo uma biopolítica que está associada a elaboração de políticas públicas de incentivo à vida.

Uma vez que, esse mesmo sistema invisibiliza corpos dissidentes⁸ através da construção de um discurso de verdade que faz parecer que os esforços de “incentivo a vida” em sua maioria, são seletivos a vida de pessoas que atendem a um determinado “padrão social”, o que tornam esses esforços contraditórios quando se pensa principalmente na saúde da população LGBTQIAPN+, que apresenta vários indicadores de vulnerabilidade, e é invisibilizada, inclusive, na própria formação em saúde (SIERRA, MEYER, 2020).

Nesse contexto, a presente pesquisa ao buscar nos documentos analisados os termos que se aproximassem da população LGBTQIAPN+, observou uma menção explícita em ementas enviadas pelas unidades acadêmicas, vinculadas ao PPP 1 e PPC 6. Como também, foi visto o uso de termos generalizados que podem se aproximar de uma menção a essa população, nos demais PPP, com exceção do PPP1 e PPP 8 em que o uso dos termos foram completamente ausentes, conforme demonstrado no panorama geral do Quadro 3.

Quadro 3 – Panorama geral da presença e ausência de termos que podem estar relacionados à população LGBTQIAPN+ nos PPP e ementas enviadas pelas unidades acadêmicas dos cursos de graduação que atuam na área da saúde, vinculados à UFAL campus A.C. Simões. Maceió, Alagoas, Brasil, 2022.

DOCUMENTO (ANO DE PUBLICAÇÃO)	AUSÊNCIA E PRESENÇA DE TERMOS QUE PODEM ESTAR RELACIONADOS À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	TERMOS ENCONTRADOS
PPP 1 (2007)	AUSENTE	---
Ementa vinculada ao curso referente ao PPP 1, enviada por e-mail pela unidade acadêmica (2020)	PRESENTE	“População LGBTQIA+”

⁸ Segundo Nascimento (2021, p. 41), a definição de corpos dissidentes compreende ao entendimento de corpos divergentes a um determinado padrão, que nesse contexto, se aplica a corpos divergentes da cisheteronormatividade.

Ementa vinculada ao curso referente ao PPP 1, enviada por e-mail pela unidade acadêmica (2021)	PRESENTE	“População LGBTQI+”
PPC 2 (2007)	PRESENTE	“Movimentos sociais”
PPC 3 (2007)	PRESENTE	“Minorias”
PPC 4 (2010)	PRESENTE	“Diversos grupos de indivíduos”
PPC 5 (2013)	PRESENTE	“Outras minorias”
PPC 6 (2013)	PRESENTE	“Movimentos sociais”
Ementa vinculada ao curso referente ao PPC 6, enviada por e-mail pela unidade acadêmica (2020)	PRESENTE	“População LGBT+”
PPC 7 (2019)	PRESENTE	“Grupos minoritários”
PPP 8 (2019)	AUSENTE	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A partir de uma análise minuciosa desses achados, foi considerado que os termos mais abrangentes mencionados no quadro anterior, sugerem pensar na possibilidade de que temáticas ligadas à população LGBTQIAPN+ possam estar incluídas e aprofundadas no currículo oculto dos cursos.

Como sugere Santos et al (2020), ao afirmar que o currículo oculto pode contribuir positivamente com a formação em saúde, quando dialoga com o currículo formal problematizando os modelos hegemônicos dos discursos, por meio da introdução de discussões com temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, por exemplo.

Dessa maneira, um achado que sugere essa possibilidade foi o aparecimento do termo “diferenças entre os diversos grupos de indivíduos” no PPC 4, no seguinte contexto de apresentação descritiva do documento:

(...) Os eixos norteadores desses princípios compreendem: a universalidade da atenção, ou seja, a saúde como um direito da cidadania; a equidade, como

desdobramento da universalidade, assegurando que a disponibilidade dos serviços de saúde considere as diferenças entre os diversos grupos de indivíduos, alocando recursos onde as necessidades são maiores (...) (PPC 4, 2010, p.8).

O uso desse termo colocado no contexto de descrição do direito à saúde universal e equitativa considerando essa “diferença entre os diversos grupos de indivíduos” pode revelar que existe a possibilidade da população LGBTQIAPN+ estar sendo incluída no vocábulo “diversos grupos”, deixando destacada que essa nomenclatura se constitui insuficiente, e por isso, não se pode inferir uma conclusão com precisão sobre essa abordagem, mas, apenas apontar uma margem para a sua existência.

Semelhante ao que foi visto no uso do termo “minorias” presentes na descrição do PPC 3 e PPC 5, bem como, no termo “grupos minoritários” na ementa de uma disciplina da área de bioética vinculada ao PPC 7, respectivamente nos trechos

Entre os objetivos do curso está: “(...) organizar atividades de forma que o graduando perceba a importância da sua inserção social, atendendo às necessidades da população, inclusive de suas minorias, demonstrando o compromisso social (...)” (PPC 3, 2007, p. 9).

Na área da saúde especificamente, acumulam-se crises e questionamentos como: transição epidemiológica e demográfica, autocuidado das pessoas, autonomia do usuário, rapidez da produção e obsolescência do conhecimento, compreensão do conceito ampliado de saúde que dê conta da atenção aos indígenas e a outras minorias, e questões de natureza religiosa, além de práticas distintas em saúde (...) (PPC 5, 2013, p.16)

Ementário de uma disciplina relacionada a bioética: (...) A bioética nas situações cotidianas (exclusão, cidadania, solidariedade e compromisso social); a bioética nas situações limites ou de fronteira; a bioética e o pluralismo moral”. “A compra, a venda e o aluguel de partes do corpo humano, a liberdade e a responsabilidade científica, omissão, tolerância e radicalidade, os direitos humanos, a participação de grupos minoritários (afrodescendentes, quilombolas e indígenas) (...) (PPC 7, 2019, p.72).

Havendo uma problematização no uso do termo “minorias” para incluir a população LGBTQIAPN+, visto que, trabalhos acadêmicos como os de Viana (2016), apontam que o emprego dessa nomenclatura pode produzir uma homogeneização das vivências de diversos grupos sociais distintos. Dessa maneira, podendo desencadear uma generalização das suas demandas, e com isso, ocultar as especificidades necessárias para construir propostas de intervenções viáveis que melhorem suas condições de vida.

E, quando utilizado esse mesmo termo no contexto da formação em saúde, pode suscitar a invisibilidade dos indicadores de vulnerabilidade que permeiam os contextos específicos vivenciados por esse grupo de indivíduos. Além de produzir uma abordagem superficial com um conhecimento limitado acerca da assistência em saúde voltada para essa população, o que

pode justificar o fato dos discentes se sentirem inseguros ao entrarem em contato com as demandas de saúde de pessoas LGBTQIAPN+ (VIANA, 2016).

Ademais, pode ser observado a seguir, o uso do termo generalizado “movimentos sociais”, em uma disciplina de saúde coletiva associada ao PPC 2, e em uma descrição acerca de pesquisa e extensão no PPC 6, na devida ordem

Ementa de uma disciplina relacionada à saúde coletiva: (...) Concepções sócio-históricas sobre saúde. Formação sócio-política e econômica de sociedades. Estudo e políticas sociais. Organização dos serviços de saúde em diferentes organizações sociais. Movimentos sociais e práticas de saúde (PPC 2, 2007, p. 16).

(...) Ademais, no âmbito da pesquisa e extensão a Educação em Direitos Humanos se faz presente através de projetos que abordam as relações de gênero, violência de gênero, diversidade sexual, preconceitos e racismo na interface com os movimentos sociais e as políticas públicas (...) (PPC 6, 2013, p. 29).

Apesar dessas duas menções serem insuficientes para afirmar que no currículo oculto pode estar sendo pautado os movimentos sociais LGBTQIAPN+, salienta-se que o estudo ao seu respeito, perpassa uma série de marcos históricos relevantes, detalhados na revisão de literatura deste trabalho, que foram fundamentais como meios de resistência à biopolítica seletiva.

Desse modo, demonstrando que a inclusão desse conteúdo no currículo formal dos futuros profissionais de saúde, podem proporcionar conhecimento acerca do processo de conquistas sociais de pessoas LGBTQIAPN+ no âmbito da saúde. Assim como, informar aos discentes os direitos garantidos legalmente por essa população e destacar a relevância do controle e da participação popular na criação cotidiana de um SUS acolhedor as demandas de todos os indivíduos (GOMES, 2021).

Embora esses achados sugeriram a existência de um currículo oculto que possa abordar essas temáticas, nota-se a invisibilidade da sigla “LGBTQIAPN+” nos PPP citados anteriormente, havendo citação da mesma, somente em três documentos enviados pelas unidades acadêmicas dos cursos, o primeiro em uma ementa de disciplina obrigatória na área de saúde coletiva, vinculado ao PPP 1

Descrição dos assuntos a serem estudados na disciplina: “...Ações afirmativas para população LGBTQIA+, indígena e outras...” (Documento vinculado ao curso do PPP 1, 2020, p. 6).

Esse aparecimento pode ser justificado pelo fato de ser uma disciplina obrigatória comum a todos os cursos da área de saúde e por abranger com profundidade o estudo de um

conceito pertinente que se relaciona diretamente com a saúde dessa população, que é o de determinantes sociais em saúde, visto que, a orientação sexual e a identidade de gênero são incluídas como fatores que devem ser contextualizados no processo saúde-doença dessas pessoas (SILVA, 2020).

No segundo documento, também enviado pela unidade acadêmica do curso associado ao PPP 1, foi notada a ementa de uma disciplina obrigatória da área de saúde mental, em que no contexto dos conteúdos programáticos está a

“...Política Nacional de Equidade em Saúde (com ênfase na saúde da população de rua, da população negra e da população LGBTQI+) ...” (Documento vinculado ao curso do PPP 1, 2021, p. 5).

Esse achado está em conformidade com a pesquisa documental de Matta et al (2020), que ao avaliar as ementas das disciplinas de um curso de graduação na área da saúde de uma faculdade da região sudeste do país, quanto a aproximação da temática da população LGBTQIAPN+ no currículo, percebeu que havia uma citação sutil nas ementas das disciplinas de saúde mental. No entanto, sem um aprofundamento capaz de identificar se a abordagem poderia ser tendenciosa a produzir um discurso de verdade associando a patologização de transtornos mentais a essa população.

Nesse viés, tem-se o terceiro documento enviado pela unidade acadêmica do curso pertencente ao PPC 6, que trata de uma disciplina eletiva sobre a saúde mental da população LGBTQIAPN+, e de acordo com recorte posterior apresenta a seguinte justificativa de criação

Uma vez que, a pandemia da COVID-19 levou muitos países a decretar necessárias medidas de isolamento social, cujo efeitos necessitam de ser investigados e problematizados, pois este debate sustentado por evidências científicas, ainda aparece de maneira incipiente na literatura a respeito do tema. As situações de quarentena impactam diretamente em diversas esferas da saúde mental, sendo esperado efeitos mais prevalentes em populações que estão, a priori, em situação de vulnerabilidade social, tais como as pessoas LGBTQ+, em função dos diversos e multifacetados processos de exclusão experienciados ao longo da vivência LGBTQ+ e potencializados neste contexto pandêmico e de isolamento social. Neste sentido, justifica-se a oferta da disciplina eletiva, em Saúde Mental da População LGBTQ+ na Contemporaneidade, no período de Atividades Acadêmicas Não Presenciais (AANPs), durante a vigência do Calendário Acadêmico Excepcional, conforme a Portaria no 544/2020-MEC e a Resolução no 34/2020-CONSUNI/UFAL) (Documento vinculado ao curso do PPC 6, 2020. p. 1).

Dessa maneira, vincula-se a emergência da criação dessa disciplina ao acontecimento da pandemia de COVID-19, que no Brasil, foi marcada por uma gestão governamental que propagou um discurso conservador e negacionista, utilizando-se do biopoder e da biopolítica,

para além do fazer viver e deixar morrer. Instaurando-se o que Achille Mbembe denominou de necropolítica, ou seja, que esse poder da biopolítica se transforma no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer (CAPONI, 2021).

Nesse contexto vivenciado, estavam os grupos mais vulneráveis as desigualdades sociais sendo alvo dos mais expressivos impactos da pandemia, como o adoecimento mental e a própria morte por COVID-19. Com base nisso, nota-se uma ampla compreensão das temáticas discutidas na construção da ementa, objetivos e conteúdo programático dessa disciplina eletiva, conforme a continuação de seus trechos

Ementa: “Discussões teóricas e práticas acerca dos agravantes de saúde mental da população LGBTQ+ na contemporaneidade” (Documento vinculado ao curso do PPC 6, 2020. p. 2).

Objetivos: Discutir os conceitos de saúde e saúde mental enquanto instâncias multifacetadas da experiência humana; contribuir para compreensão de vulnerabilidade e precariedade à luz do que é preconizado por Judith Butler para pensar agravantes de saúde mental da população LGBTQ+; propiciar subsídios para reflexão sobre como os multideterminantes que circunscrevem a população LGBTQ+ se ligam direta e indiretamente na produção e manutenção ou não de saúde mental. Promover o debate acerca dos diálogos entre a saúde mental da população LGBTQ+ e a contemporaneidade (A pandemia da COVID-19) (Documento vinculado ao curso do PPC 6, 2020. p. 2).

Conteúdo programático: Unidade I - Saúde, determinantes sociais de saúde, saúde mental e histórico do ativismo LGBTQ+. Unidade II - Multideterminantes sociais dos agravos de saúde mental na população LGBTQ+ (famílias, educação, trabalho, afetividades, interseccionalidades, sexualidades invisibilizadas), no contexto político, sanitário e representacional da atualidade e a pandemia da COVID-19 (Documento vinculado ao curso do PPC 6, 2020. p. 2).

Como observado, a estruturação detalhada da disciplina eletiva citada anteriormente demonstra que a temática de saúde mental relacionada a essa população não é abordada sob uma perspectiva limitada a uma visão patologizante, uma vez que, engloba um conhecimento vasto a respeito dos diversos determinantes sociais em saúde que podem interferir no processo de adoecimento mental, corroborando com o conceito ampliado de saúde⁹.

Além disso, essa mesma disciplina aborda sobre a PNSLGBT, quando apresentou como uma de suas referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e

⁹ De acordo com um trecho retirado dos anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) de 1986, o conceito ampliado de saúde se refere “a saúde como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. Sendo consequência das formas de organização social, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida”.

transexuais. Brasília: Ministério da Saúde; 2013 (Documento vinculado ao curso do PPC 6, 2020. p. 7).

Existindo citação sobre esse assunto apenas no PPP 6, quando comparado aos demais documentos analisados. Explanando uma lacuna, pois, as DCN dos Cursos da Área da Saúde propõem que os PPP considerem os princípios e diretrizes das principais políticas públicas que contribuem para a redução das desigualdades e para a consolidação do SUS, incluindo e recomendando o estudo sobre a PNSLGBT (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, como observado, apenas as ementas vinculadas aos cursos referentes ao PPP 1 e PPC 6, enviadas por e-mail pelas unidades acadêmicas, mencionaram explicitamente termos que se relacionam diretamente com saúde da população LGBTQIAPN+. Demonstrando que ainda existe uma invisibilidade e superficialidade na inclusão desses assuntos na formação em saúde.

Sendo observada uma possível resistência a efetivação dessas abordagens, que resultam na manutenção de um cenário em que os currículos das graduações em saúde, se apresentam como perpetuadores das iniquidades, contribuindo com uma biopolítica seletiva, ou seja, que promove políticas de incentivo a vida de um determinado padrão de corpos, se configurando pouco resolutiva a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como universal, integral e equitativo para a população LGBTQIAPN+.

5 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a apresentação da relação da temática de Direitos Humanos com a saúde da população LGBTQIAPN+ nos PPP dos cursos de graduação que atuam na área da saúde, vinculados à UFAL campus A.C. Simões, foi superficial, pois havia uma breve aproximação com as questões relacionadas à diversidade, exclusivamente nos PPC 6 e PPP 8, constando neste último uma disciplina eletiva específica para estudar esses assuntos, assim como, descrição acerca de ações de extensão universitária e grupo de pesquisa.

Desse modo, demonstrando que apesar de existirem avanços dos marcos legais educacionais no Brasil para incluir a EDH na perspectiva de abranger essa população, ainda há uma resistência a sua incorporação nos currículos, seja por desatualização dos PPP ou por tentativas veladas de dificultar a organização de meios de superação ao biopoder e a biopolítica moderna que repensa a lógica de direitos humanos seletiva.

Quanto à abordagem sobre gênero e diversidade sexual foi inexistente no PPP 1 e no PPC 5, mas apesar de estarem presentes nos demais documentos, somente foi detalhada nos

PPC 6 e PPP 8, nos quais houve registros de aproximações pontuais - em disciplinas eletivas e descrições a respeito do âmbito da pesquisa e extensão - com uma perspectiva de superação da binariedade e cis heteronormatividade na saúde.

No que se refere à menção explícita de termos relacionados à população LGBTQIAPN+, foi observado o uso da sigla somente nas ementas enviadas por e-mail pelas unidades acadêmicas, vinculadas ao curso referente ao PPP1 – presente em disciplinas obrigatórias da área da saúde coletiva e da saúde mental –, e ao curso relacionado ao PPC 6 – em disciplina eletiva na área de saúde mental –, demonstrando a invisibilidade e a superficialidade na qual essa temática é pautada nos documentos curriculares.

Esses achados permitem uma reflexão acerca da formação dos futuros profissionais de saúde, visto que apesar de existir um movimento de reformulação curricular que propõe a aplicação de modificações regulatórias para a inclusão desses assuntos na universidade, ainda há uma necessidade de superar a influência do modelo biomédico, que aborda a saúde dos indivíduos e das coletividades de forma fragmentada e considera de forma limitada os seus determinantes sociais em saúde, como é o caso da orientação sexual e a identidade de gênero.

Diante de todas essas análises, o presente trabalho se depara com algumas limitações inerentes a metodologia da pesquisa documental, uma vez que não é suficiente para analisar as subjetividades dos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem e para avaliar a possibilidade de existência currículo oculto que aprofunde essas proposições. A partir dessas lacunas, são propostos apontamentos que poderão ser abordados em pesquisas futuras.

É mister reconhecer que, apesar das limitações, os achados dessa pesquisa contribuíram de forma significativa para fomentar a produção de literatura pertinente sobre essa temática e, ao mesmo tempo, para repensar os discursos da verdade concebidos na formação em saúde, pois os resultados desse estudo podem ser utilizados como referência para reformulação dos PPP, quanto a contemplação das especificidades relacionadas aos Direitos Humanos e à saúde da população LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE ALAGOAS. Ambulatório LGBT do Hospital da Mulher acolhe 155 pacientes. **Jornal de Alagoas**, 2020. Disponível em: <https://www.jornaldealagoas.com.br/geral/2020/02/06/12252-ambulatorio-lgbt-do-hospital-da-mulher-acolhe-155-pacientes>. Acesso em: 08 out. 2022.

AGÊNCIA SENADO. Aprovado projeto que proíbe discriminação de doadores de sangue por orientação sexual. Senado Notícias, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/04/aprovado-projeto-que-proibe-discriminacao-de-doadores-de-sangue-por-orientacao-sexual>. Acesso em: 08 out. 2022.

ALAMINO, F.N.P.; DEL VECCHIO, V.A. Os Princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 113, p. 645-668, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/156674>. Acesso em: 19 nov. 2022.

ALBUQUERQUE, A. Os direitos humanos na formação do profissional de medicina. **Rev Med.** v. 94, n. 3, p.169-78, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/98778/107178>. Acesso em: 08 out. 2022.

ALMEIDA, A.M.B.; FRANÇA, L.C.; MELO, A.K.S. Diversidade humana e interseccionalidade: problematização na formação de profissionais da saúde. **Interface** (Botucatu). n. 25, e200551, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2021.v25/e200551/pt>. Acesso em: 30 nov. de 2022.

AMORIM, C.C.M et al. Saberes e práticas de alunos de enfermagem na atenção à saúde das minorias sexuais. **Global Academic Nursing Journal**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. e42, 2020. Disponível em: <https://www.globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/104>. Acesso em: 26 out. 2022.

ANGONESE, M.; LAGO, M.C.S. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Saúde Soc.** São Paulo, v.26, n.1, p. 256-270, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2017.v26n1/256-270/pt>. Acesso em: 29 nov. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Boletim nº 02/2020. Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans e Travestis Brasileiras. Rio de Janeiro: ANTRA, 2020. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content>. Acesso em: 08 out. 2022.

BACK, J.C. Despatologização da homossexualidade e transexualidade: revisão integrativa. **Rev. Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 7, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497960141012/497960141012>. Acesso em: 15 out. 2022.

BAGAGLI, B.P. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Periódicus**, n. 5, v. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view> Acesso em: 30 nov. de 2022.

BARROS, J.; FLORES, I. L. F.A. Corpos e papéis sociais no Brasil no início do séc. XX. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 256–269, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/41141>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: **Difusão Européia do Livro**, 1970. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/03/beauvoir-o-segundo-sexo-volume-11.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BENTO, K. L.; LONGHI, S. R. P. Projeto Político Pedagógico Uma Construção Coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 3 n. 9, 2006.

BERNARDO, E.C.; NOGUEIRA, J.R.N. As dificuldades parentais perante a descoberta da homossexualidade dos/as filhos/as. **Interciência e Sociedade**, Mogi Guaçu, v. 5, n. 2, p. 402-419, 2020. Disponível em: <https://revista.francomontoro.com.br/intercienciaesociedade/article/view/167>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BEZERRA et al. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde Debate**. v. 43, n. 8, p. 305-323, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/v43nspe8/0103-1104-sdeb-43-spe08-0305.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BOTH, V. O biopoder e o discurso dos direitos humanos: um estudo a partir de M. Foucault. 2008. Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2036/biopoder%20e%20o%20discurso.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 nov.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução Nº 1, DE 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Parecer técnico nº 300/2017 à Resolução nº 569, de 19 de janeiro de 2018. Princípios Gerais para as Diretrizes Curriculares

Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde. DF: Brasília, 2018a. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física e dá outras providências. DF: Brasília, 2018b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde: Um panorama da edição PET-Saúde/GraduaSUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018c. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/panorama_edicao_pet_saude_graduasus.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Reanálise do Parecer CNE/CES nº 1.071, de 4 de dezembro de 2019, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar (PPC) para a Formação de Professores de Psicologia. Aguardando Homologação. DF: Brasília, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências. DF: Brasília, 2022. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. DF: Brasília, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-2. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 6, de 19 de outubro de 2017. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e dá outras providências. DF: Brasília, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7437. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e

Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério da saúde. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Aprovar, na forma dos Anexos desta Portaria a seguir descritos, a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de saúde – SUS. DF: MS, 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Ministério da saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. DF: MS, 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Ministério da saúde. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). DF: MS, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 672, de 2019. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes resultantes da intolerância, discriminação ou do preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7918700&ts=1550607541990&disposition=inline>. Acesso em: 16 Out. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1986. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/cns/pdfs/8conferencia/8conf_nac_anais.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/butler-problemas-do-gecc82nero.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

CAPONI, S. Biopolítica, necropolítica e racismo na gestão do COVID-19. Revista Porto das Letras, v. 07, n. 02, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11619/18562>. Acesso em: 16 out. 2022.

CARVALHO, B.D.; AGUIAR, K.R.; COSTA, N.C.P. A docilização do corpo na Educação Infantil. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 28, 2019. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/28/a-docilizacao-do-corpo-na-educacao-infantil>. Acesso em: 16 out. 2022.

CAVALCANTI, C.; BARBOSA, R.B.; BICALHO, P.P.G. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 175-191, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MLLBpknvMfqdR66rvVGF3WD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2022.

CECHINEL, A. et al. Estudo/Análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNESC**. Criciúma, v. 5, n. 1, janeiro/junho 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18616/ce.v5i1.2446>. Acesso em: 16 de out. 2022.

COIMBRA, C.M.B. Ética, direitos humanos e biopoder. **Verve**, v. 20, p. 85-100, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14545/10575>. Acesso em: 13 out. 2022.

FERNANDES, M.; SOLER, L.D.; LEITE, M.C.B.P. Saúde das mulheres lésbicas e atenção à saúde: nem integralidade, nem equidade diante das invisibilidades. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 37–46, 2018. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/34590>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FILHO, M.B.P. et al. Investigação sobre a assistência prestada à população LGBTQ+ na atenção primária de saúde. **Saúde Coletiva**, v. 9, n. 49, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/118/102>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FIRMINO, F.H.; PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10819>. Acesso em: 27 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa de Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. **Edições Graal**, 1988.

FURTADO, N.R.; CAMILO, J. O.A. Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 34–44, 2016. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/4800>. Acesso em: 27 nov. 2022.

GASTALDI, A.B.F. et al. Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 1. ed. p. 79, 2021. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/10/Observatorio-de-Mortes-Violentas-de-LGBTI-0001.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.

GOMES, R. Participação dos movimentos sociais na saúde de gays e lésbicas. **Ciência & Saúde Coletiva**. V. 26, n. 6, p. 2291-2300, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2021.v26n6/2291-2300/pt>. Acesso em: 27 nov. 2022.

GONÇALVES, A.C. et al. A violência LGBTQI+ no Brasil. Clínica de Políticas de Diversidade da FGV Direito SP, São Paulo: **FGV**, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29886>. Acesso em: 08 out. 2022.

GOVERNO DE ALAGOAS. Lei nº 7.528, de 26 de julho de 2013. Dispõe sobre a criação, composição e competências do conselho estadual de combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – CECD/LGBT. Alagoas: Palácio República dos Palmares, 2013. Disponível em: https://sapl.al.al.br/media/sapl/public/normajuridica/2013/559/559_texto_integral.pdf. Acesso em: 21 de out. 2022.

HADDAD, A.E. et al. Formação de profissionais de saúde no Brasil: uma análise no período de 1991 a 2008. **Rev. Saúde Pública**, v. 44, n. 3, p. 389-393, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S003489102010005000015>. Acesso em: 21 jun. 2022.

HENNING, C.E. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 47, p. 283-323, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Mw58qyvVjfSQy7hbmmZqLbm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2022.

HONORATO, M.; RODRIGUES, T. Orgulho da própria história. No Dia Mundial do Orgulho LGBTQIA+, pesquisadores anunciam livro com registros de mais de 30 anos do movimento em Alagoas. **Gazeta de Alagoas**, 2022. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/caderno-b/358356/orgulho-da-prpria-historia> Acesso em: 21 de out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Pesquisa nacional de saúde 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101934>. Acesso em: 08 out. 2022.

LANUTI, C. et al. Todo mês é mês do orgulho. UNICEF BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/todo-mes-e-mes-do-orgulho>. Acesso em: 31 out. 2022.

LAURENTINO, A.C.N. Políticas públicas de saúde para população LGBT: da criação do SUS à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. 2015, 92 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/12194>. Acesso em: 31 out. 2022.

LEIRIA, M. Formação de Estudantes dos Cursos de Enfermagem, Medicina e Odontologia sobre Saúde de Pessoas LGBTI+: Análise das Diretrizes Curriculares Nacionais e Desenvolvimento de Instrumento para sua Avaliação no Currículo. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234681>. Acesso em: 15 out. 2022.

LIMA, L. A. Gêneros e sexualidades: uma análise dos currículos de enfermagem das Universidades Federais do Brasil. 2016. 41 f., il. Monografia (Bacharelado em Enfermagem). Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Acesso em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/15581>. Acesso em: 15 out. 2022.

LIMA et al. Gênero e sexualidade na formação de enfermeiros no ensino superior público brasileiro: estudo documental. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, [S. l.], v. 11, 2021. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/3877>. Acesso em: 30 nov. 2022.

LOREIRO, S.M.S.; ANDION, G.H.P. Um olhar ao cuidado em saúde para pessoas trans sob as perspectivas da ordem social constitucional e da despatologização das identidades trans. **Rev. Juris Poiesis**, Rio de Janeiro. v. 24, n. 35, p. 310-339, 2021. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/jurispoiesis/article/viewFile/9996/47967947>. Acesso em: 15 out. 2022.

MACHADO, B. HU Ufal inaugura ambulatório para público trans. Site Oficial da Universidade Federal de Alagoas, 2020. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/noticias/2020/1/hu-ufal-inaugura-ambulatorio-para-publico-trans>. Acesso em: 15 out. 2022.

MATTA, T. F.; SANTOS JUNIOR, E. C. dos; COSTA, C. M. A.; ARAUJO, L. M. de. LGBT health and nursing curriculum: vision of future nurses. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e722997855, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7855. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7855>. Acesso em: 26 oct. 2022.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Online. Definição de Documento, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/documento/>. Acesso em: 31 out. 2022.

MICHEL, J. L'Information et documentation un domaine d'activité professionnelle en mutation: LCN Les Métiers du Numérique. **Hermès**, v. 1, n.3, p. 47-64, 2000. Disponível em: <http://www.enpc.fr/~michel-j/publi/JM328.htm>. Acesso em: 31 out. 2022.

MINAYO, M.C.Z. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: **Hucitec**, 14 ed. 2014.

MIRANDA, N. Não existe “coisa de menina”: entenda mais sobre heteronormatividade com Rita Von Huntz e Fábio Manzoli. **Amaro Inspire**, 2021. Disponível em: <https://amaro.com/blog/br/estilo-de-vida/heteronormatividade/#:~:text=A%20cis%20heteronormatividade%20%C3%A9%20a,sociedade%20desempenhou%20para%20a%20masculinidade>. Acesso em: 31 out. 2022

NAGAMINE, R.R.V.K. Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016). **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. n. 31, p.28-56, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/Vrcbthn33vpFVgr3v6stcsx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2022

NASCIMENTO, L.C.P. Do conceito de gênero à pluralização das sujeitas do feminismo. In: NASCIMENTO, L.C.P. Transfeminismo. São Paulo: **Jandaíra**, 2021. p. 41.

NASCIMENTO, R.B. Oficinas sobre gênero e sexualidade e extensão universitária. **Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros**. Edição Especial, p.549-562, 2018. Disponível em: revistassp,+1477-Texto+do+artigo-5967-1-6-20200322.pdf. Acesso em: 30 de nov. 2022.

PÉDAUQUE, R. Document: forme, signe et medium, le reformulations de numériques. STIC-CNRS, 2003. Disponível em: http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00000511.html. Acesso em: 31 out. 2022.

PENZANI, R. Despatologização: ‘Precisamos reconhecer que as crianças sofrem’. **Lunetas**, 2019. Disponível em: <https://lunetas.com.br/despatoologizacao/#:~:text=A%20patologiza%C3%A7%C3%A3o%20di%C3%A7%C3%A3o%20ao,doentio%2C%20ainda%20que%20n%C3%A3o%20seja>. Acesso em: 31 out. 2022.

PEREIRA, Z.M.; MONTEIRO, S. Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências no Brasil: Análise da Produção Científica. **Contexto & Educação**. v. 30, n. 95, p. 117-146, 2015. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3155>. Acesso em: 30 nov. de 2022.

PERRONI, T. C. et al. As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969): “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015). **Epígrafe**, v. 7, n. 7, p. 97-108, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/154048>. Acesso em: 31 out. 2022.

PINTO, T.P. Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, V. 33, N. 7, 00113316, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/CqPcZNpvnzwwsRfHbtLj4fM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2022.

PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA HIV/AIDS (UNAIDS). Relatório Seminário Zero Discriminação nos Serviços de Saúde. UNAIDS, 2018. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2019/12/2018_RelatorioZERO_Discrimination.pdf. Acesso em: 31 out. 2022.

PRINCÍPIO DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta. Acesso em: 15 out. 2022.

RAIMONDI, G.A. et al. Gênero e Sexualidade nas Escolas Médicas Federais do Brasil: uma Análise de Projetos Pedagógicos Curriculares. *Revista Brasileira de Educação Médica*. V. 44, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/4wpRHd3jTB6YNn7nQGbx7FQ>. Acesso em: 29 nov. de 2022.

REBOUÇAS, G.M. O avesso do sujeito: provocações de Foucault para pensar os direitos humanos. *Opinião Jurídica*. n. 28, v. 14, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25302015000200003. Acesso em: 19 de Out. 2022.

REIS, L.C. et al. Curricularização da extensão em cursos da área da saúde: uma revisão integrativa. *Jornal de Políticas Educacionais*. v. 16, e86071, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/86071/47134>. Acesso em: 19 de Out. 2022.

RIBEIRO, D.; NOGUEIRA, C.; MAGALHÃES, S.I. As ondas feministas: continuidades e descon continuidades no movimento feminista brasileiro. *Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136148/2/496080.pdf>. Acesso em: 28 de Out. 2022.

ROCHA, D.B. Considerações sobre a biopolítica em Foucault. *Guairacá Revista de Filosofia*, v.36, n1, p. 168-180, 2020. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/6206/4533>. Acesso em: 13 out. 2022.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v. 1, n. 1, julho, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 16 de jun 2022.

SANTOS, J.S.; SILVA, R.N.; FERREIRA, M.A. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. *Esc. Anna Nery*, v. 23, n. 4, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/dzYKMcYv3MTJNZXVRN75Kg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 de jun 2022.

SANTOS, V.H. et al. Currículo oculto, educação médica e profissionalismo: uma revisão integrativa. *Interface (Botucatu)*. V. 24, e190572, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hCDK4YXNhZJxfPX7FBXj3Lc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS. Portaria SESAU N°. 01, de 03 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos aos serviços públicos de saúde. Alagoas: SESAU, 2017. Disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Portaria-LGBT>. Acesso em: 21 de out. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS. Portaria SESAU N°. 4.125, de 24 de outubro de 2018. Redefine o Comitê Técnico de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Estado de Alagoas, tendo como principal atribuição subsidiar o avanço da Equidade na Atenção à Saúde da População LGBT, combate à LGBTFOBIA e dá outras providências. Alagoas: SESAU, 2018. Disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Portaria-LGBT>. Acesso em: 21 de out. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS. Portaria SESAU N°. 2.744, de 15 de abril de 2021. Dispõe sobre a atenção integral à saúde das pessoas de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Estado de Alagoas. Alagoas: SESAU, 2021. Disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Portaria-LGBT>. Acesso em: 21 de Out. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS. Plano Estadual de Saúde 2020-2023. Alagoas: SESAU, 2020. Disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/PES-2020-2023>. Acesso em: 21 de Out. 2022.

SIERRA, J.C.; MEYER, D.E. Entre capturas biopolíticas e estratégias de resistência LGBT: um ensaio sobre a lógica fármaco-moralizante na Profilaxia Pré-Exposição – PrEP. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1018-1037, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/54592>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SILVA, A.M.M. Elaboração, Execução e Impacto do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: estudo de Caso no Brasil. In: BRABO, T.S.A.M.; REIS, M. (Org.) Educação, direitos humanos e exclusão social. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2012. p. 37-45.

SILVA, F.C. Saúde da população LGBT para além do HIV/AIDS e processo transexualizador no SUS. **REBEH**, v. 03, n. 11, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/11256>. Acesso em: 31 out. 2022.

SILVA, J.M.N.; PAULINO, D.B.; RAIMONDI, G.A. Gênero e Sexualidade na Graduação em Saúde Coletiva do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, n. 6, p. 2335-2346, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8RWnmVtcZWmt7rMqKsfH7Qq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, J.P.A.S.; CARMO, V.M.; RAMOS, G.B.J.R. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948>. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, T.T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica. p. 78-79, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5735262/mod_resource/content/1/Livro%20-%20Silva%20%281999%29%20Curr%C3%ADculoDocumentos%20de%20Identidade.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022.

SPIZZIRRI, G. et al. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. **Scientific Reports**, n. 2240, n. 11, 2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-021-81411-4>. Acesso em: 08 out. 2022.

TELES, E. A Crítica de Hannah Arendt aos Direitos Humanos. In: BRABO, T.S.A.M.; REIS, M. (Org.) Educação, direitos humanos e exclusão social. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2012. p. 67-69.

TV GAZETA ALAGOAS. G1. Primeira Casa de Acolhimento em Alagoas para população LGBTQIA+ é inaugurada. Maceió: TV GAZETA ALAGOAS, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/01/05/primeira-casa-de-acolhimento-lgbtqia-de-alagoas-e-inaugurada.ghtml>. Acesso em: 21 Out. 2022.

VIANA, N. O que são minorias?. *Revista Posição*. v. 3, n. 9, jan./mar, 2016. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/pos/article/view/147/137>. Acesso em: 21 Out. 2022.

VIOLA, S.E.A.; PIRES, T.V. O Movimento de Direitos Humanos e a Produção da Democracia. In: BRABO, T.S.A.M.; REIS, M. (Org.) Educação, direitos humanos e exclusão social. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2012. p. 23.